

UFRRJ

INSTITUTO DE FLORESTAS - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

DISSERTAÇÃO

Diálogo entre Empresas e Comunidades

Priscila Iglesias Rosa

2013



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS - INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DIÁLOGO ENTRE EMPRESAS E COMUNIDADES

PRISCILA IGLESIAS ROSA

Sob a orientação de

Roberto José Moreira

e co-orientação de

Valéria da Vinha

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável.

Rio de Janeiro, RJ

Outubro de 2013

658.408 Rosa, Priscila Iglesias.
R788d Diálogo entre empresas e comunidades / Priscila
T Iglesias Rosa, 2013.
94 f.

Orientador: Roberto José Moreira.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e
Sociais.

Bibliografia: f. 89-94

1. Responsabilidade social - Teses. 2. Diálogo - Teses.
3. Comunidade - Teses. 4. Sustentabilidade - Teses. I.
Moreira, Roberto José. II. Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais.
III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

PRISCILA IGLESIAS ROSA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM __/__/____

Roberto José Moreira, Dr. CPDA/UFRRJ
(Orientador)

Patrícia Almeida Ashley, Dr. UFF

Marta de Azevedo Irving, Dr. UFRRJ

Dedico este trabalho a todos que procuram contribuir para uma sociedade mais justa. Aos que ainda têm este como um sonho apenas, convido-os a somar esforços neste grande desafio.

AGRADECIMENTO

Agradeço a minha família, que está na raiz do que sou hoje, e que assume papel determinante em minha vida ao estar sempre ao meu lado em todas as minhas escolhas: minha mãe Jussara, meu pai Luiz Carlos, meu irmão Felipe, minha avó Diva, minha tia Inajá, meus sogros Nélida e Benigno.

Agradeço ao meu marido Gregorio por todo amor, suporte, interesse, dedicação, compreensão e sabedoria que tanto me fortalecem.

Agradeço aos amigos e amigas pelo incentivo e à turma do mestrado com quem divido hoje algumas das melhores lembranças da minha história.

Agradeço ao meu orientador, por me ajudar a enxergar a complexidade por trás da limitada visão oferecida pelo simples olhar sobre a superfície.

Agradeço a todos que compartilharam seus conhecimentos nas aulas, seminários e nas experiências de campo, em especial às comunidades que abriram suas portas e seus corações, cujas lições proporcionadas basearão minha trajetória acadêmica, profissional e os caminhos escolhidos para uma vida.

RESUMO

ROSA, Priscila Iglesias. **Diálogo entre Empresas e Comunidades**. 2013. 94p Dissertação (Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável). Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2013.

Este trabalho busca elucidar o campo do diálogo entre empresas e comunidades impactadas por suas atividades, subsidiando proposições a respeito. O tema é desvendado a partir da problematização metodológica, da análise de documentos nacionais e internacionais que são referências no âmbito da responsabilidade social empresarial e da apreciação crítica de uma iniciativa que buscou promover o diálogo entre uma empresa e pescadores artesanais que precisaram compartilhar o uso do espaço marítimo. A contextualização do tema apresenta que a prática do diálogo entre empresas e comunidades está relacionada à atuação da empresa no campo da responsabilidade social empresarial. Este ganhou importância no Brasil nas últimas décadas por responder a demandas da sociedade por ética e transparência nos negócios, e por compor a estratégia empresarial para a valorização da marca e a manutenção de uma boa reputação. O conceito de responsabilidade social empresarial se modificou ao longo tempo, sendo entendido, atualmente, como a responsabilidade de uma organização pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente. As demandas sociais mencionadas fazem parte do contexto atual do país, no qual se discutem, em diversos espaços (acadêmico, governamental, empresarial, científico) práticas voltadas para a promoção do equilíbrio ambiental, justiça social e sustentabilidade econômica, premissas do desenvolvimento sustentável, termo sobre o qual se discorre ao longo deste trabalho. Em relação às conclusões deste estudo, a revisão da literatura, a experiência prática desta pesquisadora e a apreciação do caso apresentado permitem afirmar que a prática do diálogo se mostra uma proposta pertinente por refletir os princípios democráticos, fortalecendo a organização social, e por oportunizar a geração de projetos empresariais de maior qualidade, a partir de sua construção com participação social. No entanto, muitos desafios se interpõem neste caminho. Um deles encontra-se expresso no resultado da análise dos documentos relacionados à responsabilidade social. Observou-se que a prática do diálogo está presente nos referenciais, mas de forma vaga, frágil e sem uma orientação objetiva a respeito. Dentre os outros pontos frágeis apontados estão o fato do processo de participação social em si não estar consolidado no país e das empresas ainda não estarem se dedicando devidamente ao tema, sendo raro encontrar, por exemplo indicadores voltados para a avaliação deste aspecto. O maior desafio, contudo, é a assimetria de poderes entre a empresa e a comunidade. A empresa detém maior poder econômico, está organizada e possui, freqüentemente, apoio político para a realização de suas atividades. A comunidade, por vezes, apresenta pouca organização social e não tem seus direitos básicos garantidos. Neste cenário, é bastante provável que o diálogo seja prejudicado, não correspondendo às idéias de troca, cooperação e aprendizado contidas na noção de diálogo apresentada neste estudo. As mudanças neste quadro não cabem somente à empresa e à comunidade, mas são de responsabilidade do Estado, das organizações não-governamentais, representações de classe, escolas e universidades, e demais atores sociais. Portanto, ao pensar o diálogo entre empresa e comunidade é preciso enxergar a prática como um ponto dentro de um objetivo maior que é o fortalecimento da gestão democrática.

Palavras-chave: responsabilidade social, diálogo, comunidade.

ABSTRACT

ROSA, Priscila Iglesias. **Dialogue between Companies and Communities**. 2013. 94 pp. Thesis (Master's in Sustainable Development Practices). Instituto de Florestas (Forestry Institute), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2013.

This work seeks to elucidate the field of dialogue between companies and the communities impacted by their activities, supporting propositions addressing this. The theme is developed from the methodological problematization, from analyzing national and international documents which are references in the context of corporate social responsibility and from the critical appreciation of an initiative that sought to promote dialogue between a company and small-scale fishermen who had to share the use of maritime space. The theme's contextualization presents that dialogue between companies and communities is related to the company's activities in the field of corporate social responsibility. This gained importance in Brazil in recent decades in responding to society's demands for ethics and transparency in business, and in composing the business strategy for brand valorization and maintaining a good reputation. The concept of corporate social responsibility has changed over time, being understood currently as the responsibility of an organization for the impact of its decisions and activities on society and the environment. The aforementioned social demands are part of the country's current context, in which academia, the government, business, and the scientific community discuss practices aimed at promoting environmental equilibrium, social justice and economic sustainability, which are the premises of sustainable development, a term which will be discussed throughout this work. In relation to the findings of this study, the literature review, the practical experience of this researcher and the assessment of the case presented allow us to state that the practice of dialogue is shown to be a relevant proposal, as it reflects democratic principles, strengthens social organization, and offers opportunity for generating higher quality business projects, based on its construction with social participation. However, many challenges stand in the way. One of them is expressed in the results of analysis of documents related to social responsibility. It was observed that the practice of dialogue is present in the references, but was vague, fragile and lacking an objective guideline. Among other weaknesses indicated is the fact that the social participation process itself is not consolidated in the country and companies are not properly dedicated to the issue, and it is rare to find, for example, indicators aimed at assessing this aspect. The greatest challenge, however, is the asymmetry of power between the company and the community. The company has greater economic power, is organized, and often has political support to carry out its activities. The community sometimes has little social organization and does not have basic rights guaranteed. In this scenario, it is quite likely that the dialogue is harmed, not corresponding to the ideas of exchange, cooperation and learning contained in the notion of dialogue presented in this study. The changes in this scenario aren't only the company and the community's responsibility, but are the responsibility of the State, of non-governmental organizations, of school and university representations, and of other social actors. Therefore, when thinking about the dialogue between company and community, it is necessary to see the practice as a point within a larger goal of strengthening democratic management.

Keywords: social responsibility, dialogue, community.

LISTA

Lista 1 - Documentos analisados.....	18
QUADRO 1 – Presença do item ‘diálogo’ nos referenciais analisados.....	58
QUADRO 2 – Cinco maiores níveis de engajamento entre empresa e comunidade definidos pelo PNUMA.....	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT NBR - Norma Brasileira aprovada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas

Cepal - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

GIFE - Grupo de Institutos Fundações e Empresas

GRI - Global Reporting Initiative

IDJS - Índice Dow Jones de Sustentabilidade

IFC - Corporação Financeira Internacional

ISO - Organização Internacional para Padronização

Ipieca - International Petroleum Industry Environmental Conservation Association

Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura

MPP - Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PPGPDS - Práticas em Desenvolvimento Sustentável

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONU – Organização das Nações Unidas

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 PROBLEMATIZAÇÃO METODOLÓGICA	
2.1 Assimetrias de poder e análise do discurso	16
2.2 Comunidade: noções e conceitos	19
2.3 Diálogo: noções e conceitos	21
3. CONTEXTUALIZAÇÃO	
3.1 Um sistema insustentável	26
3.2 Abordagem na América Latina	28
3.3 A busca por alternativas	29
3.4 Desenvolvimento sustentável e economia verde: noções e discussões	32
3.5 A responsabilidade social das empresas	38
3.6 A regulação civil	47
4 O DIÁLOGO ENTRE EMPRESA E COMUNIDADE: ANÁLISE E PROPOSIÇÕES	
4.1 Por que o diálogo?	51
4.2 O quão freqüente é a adoção da prática do diálogo entre a empresa e a comunidade?	54
4.3 O diálogo entre empresa e comunidade nos referenciais de responsabilidade social	57
4.4 Quando praticar o diálogo entre empresa e comunidade?	63
4.5 Como praticar o diálogo entre empresa e comunidade?	64
4.6 Quais os indicadores relacionados ao diálogo entre empresa e comunidade?	67
4.7 Quais os principais desafios identificados na prática do diálogo entre empresa e	70
5 O PROJETO ORDENAMENTO COSTEIRO DO ARQUIPÉLAGO DE SANT'ANNA	
5.1 Sobre a empresa	74
5.2 Sobre a comunidade	77
5.3 Sobre a tensão	78
5.4 Sobre o projeto	80
5.5 Análise do caso	81
6 CONCLUSÃO	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como campo temático a prática do diálogo entre empresa(s) e comunidade(s) por ela(s) impactada(s), tendo como objetivo central elucidar algumas dimensões da política empresarial em relação às comunidades. A hipótese central é que, ainda que vise a execução das atividades-fim da empresa, a prática pode contribuir para o incremento da gestão pública participativa.

Reconhece-se neste estudo que a economia capitalista baseia-se na perpetuação da desigualdade social, e que as empresas, em especial as grandes corporações, são uns dos mais poderosos, se não o mais poderoso, sujeito deste sistema. Entende-se que a prática do diálogo entre a empresa e a comunidade não redefine o projeto vital da empresa dentro do capitalismo, que é a maximização de seus ganhos. Por isso é imprescindível considerar na pesquisa a assimetria de poderes presente neste diálogo.

O diálogo entre a empresa e a comunidade contribuiria para a mudança sistêmica, por exemplo, por engendrar o fortalecimento da organização social e permitir que os interesses coletivos sejam considerados, ou mesmo assumam papéis determinantes, nas tomadas de decisão da empresa. A consideração dos interesses da comunidade favorece também a empresa, conforme é descrito ao longo do estudo.

O primeiro foco analítico do trabalho tem como objetivo específico analisar se documentos nacionais e internacionais que são referências no campo da responsabilidade social empresarial apresentam a proposta do diálogo entre empresa e comunidade e, em caso positivo, como o diálogo é qualificado em cada documento. Pretende-se, assim, elucidar o ambiente e as possíveis mudanças na cultura empresarial tendo em vista a crescente ênfase em temas como “desenvolvimento sustentável”, “economia verde” e responsabilidade social empresarial. A hipótese deste objetivo específico é que a centralidade da execução da atividade-fim das empresas ou corporações tende a aparecer integrada à noção de responsabilidade social.

O segundo foco analítico tem como objetivo específico analisar algumas dimensões do projeto *Ordenamento Costeiro do Arquipélago de Sant’anna*, executado por iniciativa da Petrobras, da Marinha do Brasil e de comunidades de pescadores da Colônia Z3 do município de Macaé (Rio de Janeiro), de 2008 a 2012. Tem-se como hipótese específica que a centralidade da prática do diálogo expressa os interesses das atividades-fins da Petrobras.

Visa-se, a partir destas análises, a elaboração de uma proposição de ações a respeito da melhor forma de executar a prática do diálogo entre a empresa e a comunidade. Este caminho se mostra condizente com a proposta de um Mestrado Profissional, a atividade profissional desta pesquisadora neste momento, e a experiência de 9 (nove) anos de trabalho na área de responsabilidade social da Petrobras Distribuidora S.A. e da Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A.

A motivação para a temática encontra raízes na formação acadêmica em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo; na especialização em Políticas Públicas; na percepção da relevância do tema; no fato de não ter sido encontrada vasta literatura a respeito; e nas experiências de campo proporcionadas por este Mestrado Profissional em Práticas em Desenvolvimento Sustentável (PPGPDS), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Não cabe um aprofundamento sobre cada uma dessas experiências de campo, no entanto, é importante explicitar de que forma essas experiências reforçam a convicção a respeito da centralidade do diálogo com as comunidades nos processos de decisão cujas consequências geram impactos para estas. Foram 3 (três) experiências em 2012: na região serrana do Rio de Janeiro (RJ), na Ilha das Cinzas (PA) e em Sanga, município da província de Niassa, em Moçambique. Foram realizadas em grupos de alunos orientados por professores da UFRRJ, UNIFAP – Universidade Federal do Amapá e UniLúrio - Universidade Lúrio, universidades parceiras do programa de pós-graduação. Cada experiência teve como produto um relatório entregue à coordenação do programa. A equipe desta pesquisadora contou com mestrados graduados em Comunicação Social/Jornalismo, Relações Internacionais e Geografia. É possível que esta formação no campo das Ciências Humanas e Sociais tenha influenciado o entendimento da equipe de que a identificação de oportunidades de melhoria para as questões que se colocaram pressupunha o diálogo com as comunidades dos locais de pesquisa.

Na primeira experiência, ter como ponto de partida o diálogo com a comunidade revelou uma realidade diferente da descrita à equipe dias antes, permitindo que o grupo formulasse sugestões mais aderentes ao contexto. Na segunda experiência, o diálogo trouxe as respostas para o porquê do fracasso de uma iniciativa comercial que um grupo de mulheres pôs em prática em anos anteriores. Dentre as sugestões para este caso, constou a intensificação da comunicação entre as mulheres da comunidade e de outras comunidades próximas, e uma maior interface entre a UNIFAP e a comunidade. A terceira experiência

consistiu numa avaliação da disciplina de extensão da universidade a partir da visão dos alunos, professores e da comunidade do entorno. Foram feitas entrevistas individuais e em grupos. Em todas as experiências, os resultados foram muito ricos, no sentido de subsidiar a formulação de ações que trouxessem benefícios para as comunidades. Em todos os casos, foi feita uma apresentação aos participantes no final da pesquisa.

Considerando que o diálogo entre a empresa e a comunidade é um tema em ascensão, e ainda pouco explorado pela academia, não há a pretensão de se estabelecer verdades com este trabalho, mas sim contribuir para a discussão e pesquisas relacionadas ao assunto. O anseio maior é colaborar para a conscientização sobre a importância da participação social.

De acordo com os preceitos de responsabilidade social empresarial, por meio do diálogo, empresa e comunidade poderiam planejar em conjunto medidas que mitigassem impactos negativos diretos e indiretos das atividades da empresa no local. O planejamento conjunto agregaria qualidade ao projeto e legitimidade ao processo de decisão, além de oportunizar o incremento da cultura de transparência.

O diálogo entre a empresa e a comunidade refletiria os princípios democráticos e oportunizaria a geração de melhores soluções para ambas as partes a partir do intercâmbio das diferentes formas de conhecimento. Fortaleceria a formação de redes de colaboração, contribuindo para a organização social e permitindo a promoção de soluções em co-autoria para conflitos de interesse, gerando responsabilidades compartilhadas.

Parte-se da premissa de que o diálogo entre a empresa e a comunidade é fundamental à proposta do desenvolvimento sustentável, tal como conceituado pelo Relatório Nosso Futuro Comum (1987) como "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades". Esta é uma das definições mais divulgadas, mas que não está imune a críticas.¹

Atualmente, na maioria dos casos, as grandes empresas tem contato com as comunidades por meio de programas ou projetos pontuais, geralmente conduzidos por equipes do setor de responsabilidade social ou pelos envolvidos nos processos de licenciamento ambiental. Na visão desta pesquisadora, a relevância do tema exigiria das

¹ Dentre as críticas, ver, MOREIRA (2009)

grandes empresas um investimento maior em termos de dimensão e qualificação da equipe dedicada ao assunto, peso dentro da governança da empresa e recursos financeiros disponíveis.

É inegável, contudo, que apesar da recente valorização do diálogo entre a empresa e a comunidade, a discussão sobre o campo da responsabilidade social empresarial começou décadas atrás. O que vem mudando, ao longo dos anos, é seu significado. Mais exatamente a dimensão e abrangência desta responsabilidade. Nos anos 70, a responsabilidade social era entendida como ações de filantropia realizadas pela empresa, como por exemplo, doações vinculadas à caridade. Hoje, é definida a partir da sua postura na execução de sua atividade-fim, sua relação com funcionários, fornecedores e demais públicos, abrangendo ainda a responsabilização pelo ciclo de vida de seus produtos. Trata de considerar os impactos das decisões e atividades da empresa na sociedade e no meio ambiente. Itens que antes eram tidos como “externalidades” são postos em debate “dentro” e “fora” da empresa na tentativa de definir de quem seria a responsabilidade.

A mudança no conceito de responsabilidade social empresarial não deixa de ser uma nova estratégia de gestão, em busca do atendimento à demanda da sociedade por mais ética e transparência nos negócios, dentro de um contexto de incremento dos instrumentos para controle social. Há autores que afirmam que este novo posicionamento empresarial seria um diferencial fundamental para sua produtividade e a manutenção de uma boa reputação frente à população, elementos cruciais para sua própria viabilidade. Segundo Capra (2005):

“as organizações humanas precisam passar por uma mudança fundamental, tanto para se adaptar ao novo ambiente empresarial quanto para tornarem-se sustentáveis do ponto de vista ecológico. Esse duplo desafio é urgente e real, de modo que as recentes e exaustivas discussões sobre a mudança empresarial estão plenamente justificadas.” (CAPRA, 2005)

Casanova (2006) propõe uma visão crítica da iniciativa de diálogo promovida por empresas. O autor descreve que as empresas fazem parte de um “conjunto dominante” com poder capaz de redefinir os subsistemas em que operam. Assim, nuclearia o diálogo que propõe, sendo preciso considerar, na análise dessa prática, até que ponto o diálogo não assume o viés de cooptação e persuasão, uma vez que a motivação da empresa não foge à lógica capitalista. Ainda que, do ponto de vista desta pesquisadora, a passagem abaixo corra o risco de pecar pela generalização, sintetiza uma mensagem importante para este estudo, na tentativa de não confundir o objeto de estudo com aquilo que se deseja que seja, e não desprender os pés do chão ao pensar proposições:

“os atores sabem que mentem e que suas vítimas sabem que mentem; mas continuam dizendo suas mentiras até que acabam por acreditar nelas e até que seus colaboradores, líderes, publicistas e bases de apoio as usem em argumentos “únicos” que legitimam e fortalecem a organização e os “os complexos corporativos” que dominam”. (CASANOVA, 2006, p.130)

Esta reflexão está contemplada na problematização teórico-metodológica apresentada após este capítulo introdutório, no capítulo II. São abordadas as assimetrias de poder, alguns pontos da análise do discurso, o campo analítico e algumas noções ou conceitos chaves de “diálogo” e “comunidade”.

No capítulo III, é apresentada uma contextualização dos conceitos de “desenvolvimento sustentável” e “economia verde” em formações sociais capitalistas contemporâneas, refletindo sobre a busca por alternativas que contribuiriam para a promoção da justiça social, equilíbrio ambiental e prosperidade econômica. Procura-se delinear uma compreensão das questões que tensionam a ordem herdada, colocando em cena a responsabilidade social das empresas. Aborda-se o envolvimento das empresas com os elementos apresentados, descrevendo a responsabilidade social empresarial e o papel da regulação civil no mercado.

No capítulo IV, analítico e propositivo, é apresentada a análise de documentos referenciais de gestão para empresas, colocando em evidência a presença do diálogo, e algumas reflexões interpretativas sobre os sentidos e significados presentes nestes referenciais. São apresentados ainda motivos para a adoção da prática do diálogo entre empresa e comunidade, indicadores relacionados, desafios identificados e recomendações sobre como exercer esta prática.

Em seguida, no capítulo V, é descrito e analisado o projeto “*Ordenamento Costeiro do Arquipélago de Sant’anna*”, uma iniciativa de diálogo entre empresa e comunidade. Cumpre desvendar e elucidar o diálogo nas dimensões do fenômeno analisado, subsidiando proposições a respeito.

CAPÍTULO II PROBLEMATIZAÇÃO METODOLÓGICA

Minayo (2008, p.44 e 45) considera que o conceito de metodologia abrange a discussão do “caminho do pensamento” que o tema ou o objeto de investigação requer, a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e instrumentos que serão utilizados nas buscas relativas à investigação, e a “criatividade do pesquisador”, que descreve como sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo de resposta às indagações científicas.

A forma de articular teoria, métodos e respostas às indagações também constitui a metodologia e depende diretamente do pesquisador. Refere-se a “sua experiência reflexiva, sua capacidade pessoal de análise e de síntese teórica, a sua memória intelectual, a seu nível de comprometimento com o objeto, a sua capacidade de exposição de lógica e de seus interesses” (Idem).

Minayo entende que as ciências sociais trazem a premissa da consciência histórica, que, por sua vez, traz embutida a tese de que se deve analisar a contribuição de determinado ator social ou coletivo levando em conta o tempo histórico em que vive, pois seu conhecimento e sua prática são relativos aos limites das relações sociais de produção concreta. Outra característica das ciências sociais é que elas trabalham no nível da identidade entre o sujeito e o objetivo da investigação. Conforme Kevi-strauss (1975, apud MINAYO, 2008), “numa ciência onde o observador é da mesma natureza que o objeto, o observador, ele mesmo, é parte de sua observação”. É papel do pesquisador compreender esta lógica interpretativa e propositiva.

Moreira (2010) enfatiza a presença inevitável de valores sociais e comprometimentos profissionais dos pesquisadores em suas análises científicas, ao interpretar e refletir a respeito da prática científica sobre comunidades costeiras, destacando a incerteza e a indeterminação.² Seria preciso entender não só a ciência como ciência reflexiva, à la Bourdieu (1989), capaz de exercer a crítica do próprio conhecimento científico, mas também o pesquisador reflexivo de sua própria prática científica. Destaca Moreira que:

² Em outra problematização, Moreira (2007, p. 205-316) apresenta “uma necessária reflexão teórica” para a prática daquilo que entende como ciência moderna relativista contemporânea, destacando a incerteza e a indeterminação, a imaginação científica e a construção de verdades científicas relativas, entendendo que os pesquisadores em geral, não só das ciências sociais, são pessoas portadoras de subjetividades e saberes culturais para além do campo de suas práticas científicas.

“O reconhecimento da incerteza e da indeterminação certamente relativiza o conhecimento científico, sem negá-lo, permitindo formular as seguintes perguntas. Em que sentido a afirmação de que a construção científica da categoria social comunidades costeiras representa os interesses das comunidades costeiras é verdadeira? E, simultaneamente, em que sentido tal representação representa os interesses hegemônicos e contra-hegemônicos das sociedades abrangentes, nacionais e trans-nacionais? Nossas particulares paixões e utopias a respeito do Mundo e do vir a ser do Cosmos das comunidades costeiras certamente dirão mais sobre as nossas crenças do as escolhas disciplinares ou interdisciplinares que fizemos em nossas análises sobre as comunidades costeiras” (MOREIRA, 2010, p.196)

Atentar para a relação da pessoa do investigador e sua visão de mundo com seu objeto de pesquisa, bem como do vínculo profissional do pesquisador com seu objeto de pesquisa é essencial neste trabalho tendo em vista duas questões específicas: o fato desta pesquisadora ter formação e experiência profissional na empresa Petrobras, no tema responsabilidade social; e o fato desta dissertação estar inserida no campo de um mestrado profissional, que, diferentemente do mestrado acadêmico, postula uma formação mais associada à ação prática de intervenção e proposições de ações, portanto, com maiores possibilidades de envolvimento com os interesses da empresa ou da comunidade.

Sobre a classificação deste estudo, é possível relacioná-lo ao que Minayo (2008) definiu como “pesquisa social”. Esta significa “vários tipos de investigação que tratam do ser humano em sociedade, de suas relações e instituições, de sua história e sua produção simbólica” (p.47). Esta prática nasceu de grupos contestadores das desigualdades produzidas pela sociedade industrial (SCHRADER, 1978, Ibidem). Seu desenvolvimento exponencial se deu na 2ª metade do século XX, com a busca de muitos por soluções para os problemas sociais causados pela Segunda Guerra Mundial.

Conforme descrito na Introdução, este trabalho tem como base o estudo da bibliografia, as experiências desta pesquisadora em relação ao tema, a análise de 14 (quatorze) documentos nacionais e internacionais apresentados na Lista 1 (p.18), que são referências para as grandes empresas brasileiras no campo da responsabilidade social empresarial, e a análise do conteúdo de um vídeo sobre o projeto “*Ordenamento Costeiro do Arquipélago de Sant’anna*”.

A análise dos documentos (capítulo IV) tem como objetivo verificar se a proposta do diálogo está presente nos referenciais e, em caso positivo, como o diálogo é qualificado em cada documento. Esta investigação permite constatar de que forma a orientação para o diálogo entre empresas e comunidades está sendo abordada atualmente. A análise do

projeto (capítulo V) possibilita a interpretação de uma prática concreta de diálogo entre empresas e comunidades, permitindo não só uma ilustração do debate proposto neste estudo, como a elaboração de proposições mais consistentes. Apesar de não corresponder fielmente a um estudo de caso, a análise da iniciativa busca descrever o contexto no qual esta aplicada a intervenção, compreender o impacto na realidade, avaliar o processo, esclarecer fatores que nele interferem e ponderar sobre a replicação da prática em situações semelhantes (MINAYO, 2008, p.164 e 165).

Lista 1 - Documentos analisados:

- a) Legislação brasileira para licenciamento ambiental
- b) Norma ABNT NBR ISO 26000:2010
- c) Norma ABNT NBR 16001:2012
- d) Padrão SA 8000
- e) Global Reporting Initiative (GRI)
- f) Questionário do Índice Dow Jones de Sustentabilidade (IDJS)
- g) Indicadores Ethos de Responsabilidade Social
- h) Pacto Global das Nações Unidas
- i) Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE)
- j) Princípios Orientadores concernentes a Empresas e Direitos Humanos – relatório do Representante Especial do Secretário Geral da ONU
- k) Princípios de Investimento Responsável das Nações Unidas
- l) Diretrizes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para Empresas Multinacionais
- m) Padrões de Desempenho sobre Sustentabilidade da Corporação Financeira Internacional (IFC)
- n) Visão Brasil 2050

2.1 Assimetrias de poder e análise do discurso

Os objetivos específicos desta dissertação - a análise dos documentos referência e de dimensões do projeto *Ordenamento Costeiro do Arquipélago de Sant'Anna*, conforme descrito anteriormente – serão realizados de forma a considerar na cena analítica a dimensão política das forças nos campos de poder, à luz do encontrado em Moreira (2012).

O autor destaca a importância de considerar os conceitos de hegemonia, contra-hegemonia e subalternia. Descreve que os poderes hegemônico e contra-hegemônico identificados em determinados contextos e conjunturas históricas podem obscurecer – ou mesmo apagar – a expressão de uma multiplicidade de forças sociais subalternas nas lutas e antagonismos localizados de classes, setores, regiões e localidades. (p.6). O poder hegemônico legitima hierarquias e diferenciais de poderes, sentidos e significações.

Assim, parte-se da premissa que de um mundo complexo e relacional no qual se expressam identidades e alteridades em relações de cooperação e competição, hegemônicas, contra hegemônicas e subalternas. É preciso assim, neste estudo, buscar elucidar as múltiplas ordens internas e externas em relações codeterminadas de poderes assimétricos. Conforme Moreira (2012):

“O reconhecimento dessa complexidade nos revelaria hierarquias sociais socialmente produzidas, assimetrias de poderes e valores culturais herdados e reproduzidos em processos de socialização de grupos, comunidades e classes sociais, bem como de individuação de pessoas e cientistas” (MOREIRA, 2012, p.23)

Segundo Moreira (2012), a construção social da realidade do mundo humano e de suas culturas tem elementos que se originam das relações dos sentidos corpóreos dos humanos com seus semelhantes, que refletem também suas relações com os fenômenos e eventos da natureza, e de uma construção imaginária do mundo, capacitada pelos processos mentais e interacionais, que constituem seus sistemas simbólicos de representação do mundo em tempos sócio-históricos do presente, contendo, portanto, passado e futuro.

O autor alega que sistemas simbólicos representam ou são representações do Mundo, e que a Natureza que conhecemos é aquela representada pelos sistemas simbólicos, sejam eles da filosofia, da religião ou da ciência. O campo da análise do discurso está intimamente ligado a construção de sistemas simbólicos. Brandão (2012) define que “a análise do discurso volta-se para o “exterior” lingüístico, procurando apreender como no lingüístico inscrevem-se as condições sócio-históricas de produção” (p.103). As “condições de produção” dizem respeito ao contexto, os interlocutores, lugar de onde falam e a imagem

que fazem de si e do outro (p.105). A autora coloca que “em todo processo discursivo, o emissor pode antecipar as representações do receptor e, de acordo com essa antevisão do “imaginário do outro, fundar estratégias de discurso.” (p.44). Assim, a análise do discurso também exige que se perceba a formação ideológica e discursiva da comunicação em questão. Foucault (1979) é um dos autores destacados por Brandão (2012) que consideram que o discurso é o espaço em que saber e poder se articulam. Para ele, o discurso

“tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas “aplicações práticas”) a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política” (FOUCAULT, 1986, p.139, apud FISCHER, 2001, p.)

Assim, o discurso estaria perpassado por uma ideologia. O conceito de ideologia encontra variações. Uma das definições (a de Ricoeur) a define como um modo de pensar, de recortar o mundo, atravessado pela subjetividade, que pode ser incompatível com a realidade, e essa incompatibilidade pode ser vivida de maneira inconsciente pelo indivíduo. No marxismo, a ideologia serve para legitimar o poder de uma classe dominante (BRANDÃO, 2012, p.30 e 31).

Bakhtin agrega ao campo da análise do discurso o que chamou de “dialogismo” e de “polifonia”. O primeiro termo corresponde ao “elemento que instaura a natureza interdiscursiva da linguagem”, que abrange as relações que se estabelecem entre interlocutores e o diálogo existente entre os diferentes discursos que configuram uma comunidade (BRAIT, 1998:98). A “polifonia” corresponde à idéia de toda fala estar atravessada pela fala do outro. É preciso atentar para o fato de que

“sob nossas palavras ‘outras palavras’ se dizem, que atrás da linearidade conforme ‘emissão por uma só voz’, se faz ouvir uma ‘polifonia’ e que ‘todo discurso quer se alinhar sobre os vários alcances de uma partição’, que o discurso é constitutivamente atravessado pelo ‘discurso do Outro’” (AUTHIER-REVUZ, 1982, 140-141, apud BRANDÃO, 2012, p.67)

Apresenta-se a seguir noções de “comunidade” e de “diálogo” com a intenção de promover um enquadramento das terminologias para discussão.

2.2 Comunidade: noções e conceitos

Para realizar uma avaliação prévia dos possíveis impactos sociais a serem gerados pela atividade da empresa é preciso definir o que se entende por “comunidade”. A norma internacional ISO 26000 – Diretrizes de Responsabilidade Social (2010), que vem se tornando cada vez mais um parâmetro para as empresas, apresenta um conceito simplificado de “comunidade”, atribuindo ao termo o sentido de “assentamentos sociais localizados em uma área geográfica que tem proximidade física com as instalações de uma organização ou que está dentro das áreas de impacto de uma organização” (p.63). O sentido usado na norma ISO 26000 é bastante recorrente, de relacionar “comunidade” a um agrupamento social situado em um espaço geográfico determinado. Cita que o termo pode referir-se também a um grupo de pessoas com características em comum. Do ponto de vista desta pesquisadora, a abordagem simplifica muito o termo, deixando de lado pontos importantes na caracterização de uma comunidade, como a identidade, o sentimento de pertença, entre outros descritos a seguir.

Peruzzo (2002) afirma que não há consenso entre os cientistas sociais quanto a natureza do termo "comunidade". O fato é que o termo passou a ser utilizado recentemente sem rigor conceitual; tanto tem aparecido como sinônimo de “sociedade” como para identificar um segmento da sociedade, como acontece com o emprego da expressão "comunidade científica". A autora, no entanto, argumenta que outros elementos devem fazer parte desta idéia de comunidade: interação entre os indivíduos, confluência de interesses, sentimento de pertença, caráter cooperativo. Destaca: "Falar em comunidade significa falar de fortes laços, de reciprocidade, de sentido coletivo dos relacionamentos" (R.M.MACIVR & C.PAGE, 1973, apud PERUZZO, 2002). Traz para o debate a questão das “comunidades virtuais”, cujos indivíduos cultivam relacionamentos e interesses através do ciberespaço.

Pensar a “comunidade” remete imediatamente à questão da “identidade”, descrita por Moreira da seguinte forma:

“Uma identidade social carrega tudo aquilo que foi, criou e se tornou, bem como tudo aquilo que incorporou da sociedade, consciente ou inconscientemente. Cada identidade é, assim e sempre, expressão de múltiplas ordens relacionais que se dão em redes sociais, materiais e afetivas de pertencimento familiar, de vizinhança, de grupos sociais, de classes regionais, nacionais e internacionais, em suma, locais e globais. Expressas em corpos e mentalidades, essas identidades (individuais e coletivas) carregam suas possibilidades futuras de ser, criar, bem como um presente de angústias, aspirações e incertezas do seu vir a ser. Em outro sentido, toda

identidade social que se faz presente, se expressa e só pode se revelar em suas relações.” (MOREIRA, 2006, p. 178)

O autor alerta para que se tenha cautela ao se tomar como um grupo homogêneo uma “comunidade”, entendida por meio de sua identidade coletiva. É preciso ter ciência de sua complexidade interna. “A identidade coletiva não é nunca homogênea quando vista da perspectiva de suas relações internas” (MOREIRA, 2006, p.182). Argumenta ainda que uma comunidade possui uma rede múltipla e complexa de sociabilidade. As dimensões culturais de indivíduos, pessoas e grupos sociais podem revelar hierarquias sociais e assimetrias de poderes. Vejo este ponto como de especial importância quando o diálogo acontece por intermédio dos representantes e lideranças de uma comunidade. É possível que nem sempre suas conversações com a empresa tragam a voz de todos os grupos da comunidade.

Para Moreira (2006), a noção de comunidade envolve um mundo complexo e relacional. Alega que uma comunidade pode ser visualizada em uma representação com duas ordens de complexidade: restrita e ampla. Na primeira, a identidade da comunidade é representada como uma ambiência sócio-ecossistêmica, uma forma de viver no ecossistema que impõe experiências particulares aos sentidos dos corpos e mentes. Isto possibilita o autor a falar de territorialidade sócio-ecossistêmica identificando as relações da comunidade com os fenômenos da Natureza, que seria parte constitutiva de sua identidade, como seria o caso das comunidades impactadas pelo projeto *Ordenamento Costeiro do Arquipélago de Sant’Anna*. Esta ambiência se constitui como uma cultura e uma identidade que conteria visões de mundo, saberes e lógicas de ações que orientam as relações sociais, econômicas e políticas cotidianas desta comunidade. Esta é a base para as ordenações sociais simbólicas, imaginárias e lingüísticas que dariam sentido à vida das pessoas e dos espaços e entes do território.

A noção de complexidade ampla inclui um Outro³ oculto, que poderia significar, nos exemplos dado pelo autor, a Sociedade, o Governo, o Ibama, o Incra, a Prefeitura, o Banco, o Mercado, e assim por diante. Nesse sentido, o Outro tende a representar poderes externos em relação aos poderes da comunidade. Considerando a co-determinação entre identidades, esse Outro estaria presente na constituição da identidade da comunidade. Na medida em

³ O autor redige com letra maiúscula palavras às quais podem ser atribuídos diversos sentidos, considerando o campo filosófico, a partir do qual se daria a gêneses imaginária da sociedade ou comunidade em pauta, permitindo-nos refletir sobre a ontologia dos sentidos comunitários.

que esse Outro é também múltiplo e polimorfo (assim como suas instituições), é possível falar de “Outros”. No caso ilustrativo apresentado no capítulo V, este Outro – ou Outros – relevante para a comunidade pode estar representado pela Petrobras e pela Marinha do Brasil.

Buber (2009) faz uma distinção entre o termo “comunidade” e “coletividade”. Para o autor, apesar de ambos conceitos caracterizarem um movimento comum em direção a um objeto, na “coletividade” as pessoas estão “em marcha” mas sem uma ligação uma com a outra. Estão uma *ao lado* da outra, mas não uma *com* a outra. Na coletividade há “uma atrofia organizada da existência pessoal”; enquanto que a comunidade fundamenta-se no aumento e confirmação dessa existência pessoal, no interior da reciprocidade. Segundo o autor, “o atual zelo devotado à coletividade é uma fuga da pessoa diante da prova e da consagração da comunidade, diante da dialógica vital que está no coração do mundo e que exige o engajamento de si mesmo” (BUBER, 2009, p.66-67).

A noção de coletividade não se aplica ao caso apresentado, pois anteriormente à chegada da Petrobras à região, a comunidade já continha as condições de codeterminação oriundas das relações originárias entre os pescadores e a Marinha brasileira. Mas a idéia de que “nem sempre que se anda na mesma direção, se está junto” leva à reflexão que, por vezes, apesar de algumas causas reunirem comunidades, governo, empresas, organismos internacionais, entre outros, numa mesma direção, podem ser distintas suas motivações e pretensões a respeito da situação, nem sempre havendo uma preocupação real com “aquele que caminha ao lado”. Esta reflexão ajuda a apurar o olhar sobre o tema do diálogo.

2.3 Diálogo: noções e conceitos

Segundo Bohm (2005), “diálogo” vem do grego “*dialogos*”. “Logos” significa “palavra” e “dia” significa “através”. Para o autor, a imagem sugerida por esta derivação é de uma “corrente de significados que flui entre nós e por nosso intermédio”. Deste fluxo podem emergir compreensões novas. Num diálogo ninguém “tenta vencer”, ou, como ilustra o autor, “não se joga uns contra os outros”, mas sim “todos com todos” num jogo de “ganha-ganha”. O processo “pode ser visto como uma arena em que acontece o aprendizado coletivo” (BOHM et al, 1991).

Deste ponto de vista, o diálogo pode ser relacionado à cooperação entre indivíduos ou instituições. Mariotti (2001) caminha nesta direção, definindo o diálogo como “reflexão

conjunta e observação cooperativa da experiência”. Segundo o autor, idéias novas surgem por meio da cooperação, não pelo confronto. Complementa:

“é um método de conversação que busca melhorar a comunicação entre as pessoas e a produção de idéias novas e significados compartilhados. É um método que permite que as pessoas pensem juntas e compartilhem os dados que surgem dessa interação, sem analisá-los ou julgá-los de imediato. O método se opõe a fragmentação, ao imediatismo e a super-simplificação – três das características fundamentais do modelo mental que condiciona a nossa cultura.” (MARIOTTI, 2001)

Esta postulação tem seu sentido geral verdadeiro em experiências de cooperação genuinamente democráticas que podem se expressar, por exemplo, no interior da complexidade interna de uma comunidade. Poderia também ser verdadeira em situações em que há poderes assimétricos, tal como no caso em estudo, de interação entre a comunidade costeira, a Marinha e a Petrobras?

A pergunta se faz porque, por outro ângulo, a prática chamada eventualmente de diálogo, por vezes, não corresponde a troca cooperativa descrita anteriormente. Casos assim podem acontecer, por exemplo, quando uma decisão impactante já está tomada pela empresa, geralmente com o apoio governamental, sem ter sido previamente conversada com a comunidade, e recorre-se a esta apenas para apresentar o que foi estabelecido e, talvez sim, talvez não, discorrer sobre contrapartidas planejadas sem participação. Como foi citado ao expor na Introdução a perspectiva de Casanova (2006), estas são situações de persuasão, convencimento ou mesmo um consenso imposto. Este trabalho propõe que, nestes casos, seja questionado o nome dado - não se trata, então, de diálogo. Talvez se trate de uma negociação, talvez nem isso.

Complementando a conceituação do diálogo, Minayo (2008) destaca que estudiosos apontam a comunicação por meio da fala como a forma mais privilegiada de comunicação da sociedade humana, pela possibilidade de permitir o entendimento intersubjetivo e social. Para Bourdieu (1989), o sistema lingüístico é um dos sistemas simbólicos humanos mais importantes, entendendo que, como todo sistema simbólico tem em si um sistema de poder, de interpretação e construção do mundo. Minayo (2008), citando Bakhtin (1986), afirma que a palavra, no sentido da fala, é um fenômeno ideológico por excelência, por seu caráter histórico e social que a tornam campo de expressão das relações e dos conflitos. Afirma que, por meio da comunicação verbal – que é inseparável de outras formas de comunicação – as pessoas “refletem e refratam” conflitos e contradições próprias dos sistemas sociais e

políticos e de suas formas de dominação, em que a resistência está dialeticamente relacionada com a submissão das pessoas na vida cotidiana.

CAPÍTULO III CONTEXTUALIZAÇÃO

3.1 Um sistema insustentável

A análise histórica do desenvolvimento no mundo permite constatar que, na forma como vem operando, o sistema capitalista não tem provido as condições necessárias para o incremento da qualidade de vida da grande maioria da população. Muito pelo contrário, chegamos a um momento em que, como descreve Arruda (2012), “dinheiro, prestígio e poder foram convertidos em fins e deformam o próprio sentido da existência humana”.

Um dos fatos determinantes nesta trajetória, segundo Capra (2005), aconteceu na década de 70, quando a economia capitalista foi atingida por uma forte crise, que levou ao aumento da inflação e do desemprego e colocou na cena econômica e política a questão ambiental contemporânea, a partir das denominadas crises do petróleo, ou dos combustíveis fósseis, daquela década. A situação levou à reestruturação da economia capitalista, que teve como uma de suas estratégias a desregulamentação e liberalização do mercado financeiro.

O capitalismo que emergiu desta crise apresenta três pontos fundamentais, de acordo com Castells (1996, apud CAPRA, 2005): atividades econômicas globais; produtividade e competitividade baseadas na inovação, geração de conhecimento e processamento de informações; e estruturação em torno de redes de fluxos financeiros. Capra (2005), refletindo analiticamente sobre a insustentabilidade da vida nesta “nova economia global”, alega que a meta é a busca de um crescimento econômico contínuo e indiferenciado, e acrescenta que o capital funciona “em tempo real” graças a avançadas tecnologias de informática e telecomunicação. Afirma que os mercados são manipulados por estratégias de investimento e acontecimentos políticos em qualquer parte do mundo e que se trata de um “sistema não-linear” onde há “turbulências inesperadas que influenciam a fixação de preços e tendências de mercado”. Destaca que o dinheiro torna-se independente da produção e dos serviços, existindo na realidade virtual das redes eletrônicas. Assim, para o autor, o capital e o trabalho passam a existir em espaços e tempos diferentes..

Capra (2005) afirma que este modelo levou a uma grande acumulação de riqueza, fragmentação e individualização do trabalho, e exclusão social, imposta a populações ou Estados que não podem gerar ganhos para as redes financeiras, as atuais detentoras do poder econômico. As questões ambientais são tratadas dentro da mesma lógica: normas e leis são flexibilizadas frente a interesses econômicos e os recursos naturais são utilizados como se fossem infinitos. Para o autor, a forma atual do capitalismo global gera grande

instabilidade financeira e é insustentável do ponto de vista social e ecológico. O sistema teria de ser reestruturado “desde as bases”.

Altvater (2010) descreve o capitalismo como um sistema cujo crescimento econômico é desigual e não simultâneo. Nas palavras do autor, “uns possuem muito; outros, pouco; um terceiro grupo não dispõe de renda monetária alguma, razão pela qual também não tem acesso às “riquezas” do mundo globalizado” (p.150). Sublinha que as desigualdades transformam-se em modos de vida e padrões de consumo e produção extremamente distintos. Segundo o autor, as crises do capitalismo, que tem graus de profundidade, duração e periodicidade variadas, pertencem à lógica do desenvolvimento capitalista; integram as condições para que o processo de acumulação possa novamente entrar em movimento. Registra que “crises econômicas e sociais não conduzem ao colapso, mas mais a estabilização do sistema capitalista” (p.164). A partir das crises, o capitalismo adaptaria os modos de regulação e acumulação às condições históricas (p.165).

O autor relaciona o capitalismo ao “fossilismo”, descrito como o uso maciço de fontes fósseis de energia, que teve fundamental papel no acionamento das ferramentas e máquinas da era industrial (p.158). O “fossilismo” atualmente é objeto de debates pela perspectiva de que as reservas de petróleo se extinguirão em menos de um século sem que se tenham desenvolvido apropriadamente outras fontes de energia, e pelos impactos sociais e ambientais gerados nas atividades que envolvem a produção de combustíveis fósseis e sua utilização.

No Brasil, os combustíveis fósseis respondem por 56% da matriz energética, as fontes renováveis por 42% e a energia nuclear por 1,4% (dados de 2012)⁴. É freqüentemente divulgada pela Petrobras, maior empresa do setor petrolífero no país, a expectativa de incremento da produção de petróleo nos próximos anos e os recordes que vem sendo atingidos em termos de produção⁵. Há discussões em andamento, que não se restringem a círculos de políticos, acadêmicos ou profissionais envolvidos com o tema, mas estão na “grande mídia” e são abordados por sindicatos e movimentos sociais, que muitas vezes atuam em rede, objetivo do “Observatório do Pré-Sal”: “constituir uma rede de

⁴ Dado divulgado pelo Governo Federal no site Portal Brasil, disponível no endereço eletrônico: <http://www.brasil.gov.br/sobre/economia/energia/matriz-energetica>. Acesso em: 18/09/2013.

⁵ Exemplo desta divulgação disponível no Blog Fatos e Dados da Petrobras, no endereço eletrônico: <http://fatosedados.blogspot.com.br/2013/07/02/novo-recorde-de-producao-no-pre-sal/>. Acesso em: 18/09/2013.

parceiros, produzir e divulgar informações sobre empreendimentos e, assim, incentivar formas de controle social das empresas e negócios de extração”. A intenção é disponibilizar informações sobre o tema, incentivar o debate público e o monitoramento pela sociedade civil. O termo “pré-sal” identifica os grandes reservatórios de petróleo em águas profundas e ultraprofundas do litoral brasileiro.

As maiores polêmicas em andamento sobre o universo do petróleo no Brasil são: a recém-aprovada Lei dos Royalties do Petróleo, que se encontra suspensa por liminar, e que determina divisão das receitas dos royalties pelos estados brasileiros, incluindo os não-produtores; o projeto de lei em votação que estabelece a destinação dos recursos para investimentos em educação e saúde; as discordâncias a respeito dos leilões dos campos de petróleo; e a recém-criada estatal Pré-Sal Petróleo (PPSA), que tem como objetivo as gestões dos contratos de partilha de produção celebrados pelo Ministério de Minas e Energia e para a comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos da União.

3.2 O tema na América Latina

Tavares (2011) adverte que, ao refletirmos sobre o desenvolvimento do país, precisamos considerar as raízes latino-americanas. Na América Latina especificamente, o histórico da discussão em questão pode ser relatada com base no trabalho da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Segundo a autora, na década de 70, a organização conclui que, não obstante “a região tivesse conseguido bons resultados em termos de crescimento e industrialização, esse processo tinha acontecido com a exclusão de amplos setores da sociedade, agravado o desemprego, o subemprego e a pobreza, e acumulando tensões políticas.” (TAVARES, 2011, p.61)

A Cepal passa então a abordar os prejuízos trazidos pelo papel dominante das empresas transnacionais, intensificação da exploração de recursos naturais, dependência crescente do petróleo, e da urbanização massiva e precária. A crise do petróleo, anteriormente mencionada, gerou ainda maior pressão sobre os exportadores para financiar a importação de petróleo, e aumentou o endividamento do Estado, que passou a investir menos nas necessidades básicas da população, como saúde e educação. Questões ambientais também não tinham espaço, pois seus resultados não eram tangíveis ou se mostravam a logo prazo e a primazia do momento era pelo curto prazo. Dessa forma, na década de 80, não obstante a divulgação do “desenvolvimento sustentável” como

alternativa, os caminhos para sua implementação não foram uma prioridade na América Latina.

Na década de 90, a Cepal leva para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD, a “Rio-92”), no Rio de Janeiro, a necessidade de transformação produtiva, sustentada no progresso técnico e aumento da produtividade, visando a competitividade internacional. Destaca a necessidade desta transformação considerar valores como equidade, democracia e sustentabilidade ambiental. A autora afirma que, no entanto, as medidas necessárias não foram colocadas em práticas e a região não conseguiu reduzir a dependência de exportações tradicionais, não deu início a um processo de ascensão de atividades de maior valor agregado e os esforços de inovação continuaram escassos.

3.3 A busca por alternativas

Pensar alternativas para o funcionamento do sistema se tornou a meta de pesquisadores, empresários, representantes do governo e de movimentos sociais de todos os continentes. Mas seria possível um sistema sustentável dentro do capitalismo? Como sintetiza Abramovay (2009), “um capitalismo em que o mundo importa pode parecer uma verdadeira contradição nos termos. É exatamente a esse paradoxo que uma parte crescente das ciências sociais contemporâneas se volta”.

Há um discurso comum de que é preciso chegar a um modelo que promova justiça social, qualidade ambiental e prosperidade econômica, idéia a qual é atribuído o termo “sustentabilidade” (ELKINGTON, 2001, p.73). Este “sistema sustentável” tem recebido variados nomes: “ecodesenvolvimento” (SACHS, 1981), “capitalismo sustentável” (BANERJEE, 2002), “capitalismo verde” e “capitalismo ecológico” (MOREIRA, 1999), “crescimento verde” (OECD, 2011), “economia verde” (PNUMA, 2011), “desenvolvimento sustentável” (BRUNDTLAND, 1987), entre outros. Cada qual tem sua especificidade, mas mantem em comum o fato de apresentarem novos pontos levantados pela sociedade para serem considerados nas decisões.

O crescimento econômico em si já não é unanimidade quando se trata de apontar saídas. Alier (2009) argumenta em favor do que chamou de “decrecimento sustentável”. Afirma que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) não conduz necessariamente a uma maior felicidade e por isto este deveria deixar de ter a posição dominante que tem atualmente. Segundo esta idéia, não é desejável perseverar na crença do crescimento

econômico infinito. O autor cita que “se o investimento tiver que crescer, como na verdade tem, para conter o aumento do desemprego, é melhor canalizá-lo para o bem estar dos cidadãos e para ‘tornar verde’ a produção de energia”. A crise do crescimento poderia criar oportunidade para reestruturação das instituições sociais.

Altvater (2010) acredita que hoje o crescimento está inscrito como discurso ideológico e mecanismo de coação inerente às relações sociais, de produção, de consumo e do mundo vivido. De nenhum modo, está ligado ao aumento da igualdade no mundo, mas sim da desigualdade, agindo ainda como “reductor da complexidade de nexos sociológicos e concepções políticas”. Argumenta que o crescimento não pode mais ser aumentado nos limites financeiros, ecológicos, econômicos e sociais da mesma forma que aconteceu no início do capitalismo industrial. Para o autor, os movimentos sociais precisam combinar-se em uma força democrática capaz de reformar a economia, política e sociedade. Enfrentando suas defesas de direitos em separado, os grupos são impotentes.

O fim do “fossilismo”, já citado anteriormente, segundo Altvater (2010), pode gerar uma crise energética que poderá se transformar em crise do modelo de produção e de vida, se não puder ser superada simplesmente mediante o aporte de combustíveis de origem fóssil a um preço razoável ou por energias substitutivas não fósseis. (p.171).

Tavares (2011) vai na mesma direção, mas cita que, para a transformação, seria preciso que um conjunto relevante de instituições públicas façam uma opção clara por uma nova economia. Acredita que é preciso envolver a política educacional e investir em ciência e tecnologia. A avaliação da autora é que “se não houver instituições fortes e permanentes que assegurem que entre uma opção e outra se privilegie o sustentável, os avanços se anularão em momentos de crise nos quais se tenha que optar entre objetivos.” (TAVARES, 2011, p.69)

Arroyo (2008) identifica uma tendência ao estabelecimento de estratégias cada vez mais focadas na cooperação. Argumenta que dentro da lógica comercial e capitalista está ocorrendo a gestação de uma nova possibilidade, uma organização social e econômica que começa a buscar na inclusão socioeconômica a solução de seus problemas. Afirma que há um descontentamento da sociedade civil com o modo de vida propiciado pelo sistema econômico capitalista e que o próprio mercado começa a dar sinais de que a exclusão social e econômica gerada diminui as possibilidades de crescimento na lógica do lucro crescente.

Segundo o autor, o aumento do número de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e outras organizações do terceiro setor seria um indicador desta insatisfação. Desde as década de 60, ONGs vem gerando novos espaços de sociabilidade e educação política, visando influenciar nas políticas públicas. Cita ainda as ações de responsabilidade social feita por empresas, que serão descritas mais adiante.

Abramovay (2009), representante da Nova Sociologia Econômica (NSE)⁶ afirma que é preciso constatar a crescente incorporação pelo mercado e pela organização empresarial de demandas vindas das pressões sociais. Considera o mercado como estrutura social. Para o autor, o mais importante desafio consiste em conter o avanço da racionalidade econômica sobre a vida social; impedir que o mercado determine como os indivíduos organizam suas vidas: “quanto maior a capacidade de prover as necessidades humanas dotando-as de sentido existencial, aquecendo-as por laços sociais diretos, evitando que congelem sob o sopro das funções objetivas de mercado, da burocracia e das corporações mais se avança numa direção oposta a do capitalismo.” (p.66)

Poderia ser descrita aqui uma série de pensamentos, posto que são muitos os caminhos apontados, inspirando até uma dissertação inteiramente a respeito do tema. No entanto, o objetivo neste momento é ressaltar que existem alternativas sendo pensadas, o que decorre de um pressuposto fundamental que encontra raízes na noção de ordenação de mundo sintetizada por Moreira (2008, p.312):“o ser humano, ao produzir as condições de sua existência, produz a si mesmo e o mundo em que vive”.

O autor argumenta que a sociedade nos é dada como algo natural, mas de fato não é. Quando estamos sendo socializados, tudo que aprendemos, sem crítica, se torna natural para nós; parece que foi e será sempre assim. Esta forma de pensar e ser que tendemos a perceber como “nossa” é a “história incorporada”. É a sociedade presente no nosso interior em nossas mentes e em nossos valores. Este processo que transforma aquilo que foi criado pelos seres humanos em “sociedade” e nos parece como natural é denominado “processo de naturalização da sociedade” ou ainda “processo de reificação”. Ou seja, a socialização tende a tornar natural aquilo que no passado foi criação social. O autor afirma que esse é um dos mais fortes processos de conservação do mundo, que inspira os mais variados

⁶ Corrente que se baseia na idéia de que economia e sociedade são mutuamente enraizadas (VINHA, 2001, p.208).

conservadorismos. E questiona: “Quais seriam as relações de poder entre os humanos que essa crença naturalizada esconde ou conserva?” (Id., p.311)

Relacionando as reflexões acima com o cenário do petróleo no Brasil descrito no subitem 3.1, que integra o contexto do caso analisado neste trabalho, o olhar desta pesquisadora é “receoso”, mas “esperançoso”. Receoso por perceber que a relevante discussão sobre a mudança da matriz energética para uma maior ênfase nas fontes de energia renováveis fica em um lugar secundário, talvez com maior peso no universo acadêmico e científico, e uma discussão ampla sobre a transição para um novo modelo de desenvolvimento social e ambientalmente mais justo é quase que inexistente. Mas o olhar é “esperançoso” porque é perceptível que o tema assume suma importância na agenda brasileira, e que os movimentos sociais estão atentos para como isto se reverterá em benefícios para a população.

Abre-se neste momento um caminho de oportunidades para semear reflexões e questionamentos, visto que há informações disponíveis publicamente para subsidiar discussões, e há interesse e motivação social para o envolvimento nesta temática. Do ponto de vista desta pesquisadora, o diálogo entre a(s) empresa(s) e a(s) comunidade(s) impactada(s) não tem que ser necessariamente uma conversação que não exercite o pensamento crítico, uma cooptação ou outras idéias nesta linha. Há casos em que isto pode acontecer, e outros que não. O reconhecimento e o respeito ao direito da comunidade de discutir criticamente o que tem como interesse comum com a empresa é um passo significativo. A iniciativa de diálogo pode influenciar o aumento da organização social e da participação, podendo contribuir para a construção, a longo prazo, de um desenvolvimento que garanta, de fato, o respeito aos direitos humanos, sociais, ambientais, culturais e econômicos da população.

3.4 Desenvolvimento sustentável e economia verde: noções e discussões

O subtítulo acima traz dois termos recorrentemente citados no senso comum como alternativas para um futuro mais próspero. Sua conceituação exige um resgate da origem destas idéias, décadas atrás. Conforme descreve Moreira (1999), os debates sobre os riscos da degradação do meio ambiente começaram nos anos 60 e 70, quando foi formulado o conceito de “ecodesenvolvimento” por Inacy Sachs. O conceito abrangia a dimensão da satisfação de necessidades, solidariedade, participação, preservação dos recursos, educação e um sistema social que garantisse emprego, segurança social e respeito a outras culturas.

Este conceito apresentava críticas às relações globais entre países e a modernização industrial como método de desenvolvimento das regiões periféricas.

Em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento publicou o relatório "Nosso Futuro Comum" (também conhecido como "Relatório Brundtland"), que permitiu a ampla disseminação do termo "desenvolvimento sustentável", definido como "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades". Segundo Moreira (1999), o conceito advindo deste relatório minimiza as críticas citadas, induzindo a crença de que a superação do subdesenvolvimento depende do crescimento contínuo dos países industrializados.

Em 1992, na "Rio-92", 179 países acordaram e assinaram a "Agenda 21 Global", documento que pretende ser um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, e que concilia proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Em seu preâmbulo, alerta para a importância de uma ação conjunta entre as nações para a mudança:

"caso se integrem as preocupações relativas a meio ambiente e desenvolvimento e a elas se dedique mais atenção, será possível satisfazer às necessidades básicas, elevar o nível da vida de todos, obter ecossistemas melhor protegidos e gerenciados e construir um futuro mais próspero e seguro. São metas que nação alguma pode atingir sozinha; juntos, porém, podemos -- em uma associação mundial em prol do desenvolvimento sustentável." (AGENDA 21, 1992)

Apesar de o discurso ter passado a apontar o desenvolvimento sustentável como uma necessidade que demandava um movimento global, é preciso um olhar crítico e atento que não ignore, nas recomendações geradas por esta premissa, o peso que tem as diferenças entre os padrões de vida e desenvolvimento dos países no mundo. Esta colocação se relaciona aos apontamentos de Vinha (2000; 1-9), a respeito dos diagnósticos e debates que subsidiaram a política de organismos internacionais e do Banco Mundial que sustentavam a ideia do desenvolvimento sustentável. Estes informavam que "a extensão do padrão de consumo do norte ao sul embutia um elevado risco de comprometer a capacidade de uso e recuperação dos recursos naturais". A autora aponta que as recomendações concluíram "pela necessidade de redirecionar o desenvolvimento do sul em direção a um modelo de crescimento econômico ambientalmente sustentável" [o que] "levou à recomendação de condicionar a manutenção do corrente padrão do norte à mudança do padrão predominante no sul",

lembrando que “o sul é detentor da maior parte dos estoques [de recursos naturais] existentes no planeta”. (VINHA, 2000).

Sen (2000) propõe que se tome como ponto de partida o entendimento do desenvolvimento como “um processo de expansão das liberdades” (p.17), fazendo um contraponto com a visão que identifica o conceito com o crescimento do Produto Nacional Bruto, aumento da renda, industrialização e avanço tecnológico. Para o autor, todos estes itens podem ser meios para a expansão das “liberdades” - elementos básicos para o desenvolvimento - que também dependem de determinantes como: oportunidades sociais (serviços de educação e saúde), liberdades políticas (liberdade de expressão e eleições livres), facilidades econômicas (participação na produção e no comércio), garantias de transparência (sinceridade nas relações) e segurança protetora (seguridade social, entre outras medidas). A “expansão das liberdades” está relacionada à expansão das “capacidades” [capabilities] das pessoas de levar o tipo de vida que elas valorizam. Essas capacidades podem ser aumentadas pelas políticas públicas, assim como estas podem influenciá-las pelo uso efetivo das capacidades do povo; trata-se de “uma relação de mão dupla” central.

O termo “economia verde” foi definido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em 2008 como uma economia que incrementa o bem-estar da humanidade e a igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente riscos ambientais e escassez tecnológica. Corresponde a uma economia de baixa emissão de carbono, uso eficiente de recursos e promoção da inclusão social. Deve-se refletir em regulamentos nacionais, políticas, subsídios, incentivos, infraestrutura legal, e protocolos comerciais (PNUMA, 2011).

“Em uma economia verde, o crescimento de renda e de emprego deve ser impulsionado por investimentos públicos e privados que reduzem as emissões de carbono e poluição e aumentam a eficiência energética e o uso de recursos, e previnem perdas de biodiversidade e serviços ecossistêmicos. Esses investimentos precisam ser gerados e apoiados por gastos públicos específicos, reformas políticas e mudanças na regulamentação.”(PNUMA, 2011)

Sawyer (2011) resume a distinção entre desenvolvimento sustentável e economia verde afirmando que “o primeiro seria mais concreto, instrumental e popular e o segundo, mas abstrato, diplomático e governamental.” Em uma visão crítica, traz para a pauta um importante ponto sobre a contribuição real destes novos elementos para uma transformação vital na lógica predominante:

"o discurso da economia verde está bem elaborado em termos de capital natural, redução da pobreza, baixo carbono, eficiência energética, inovação, agenda verde e governança global (...) Na prática há que se lembrar que mudanças "verdes" tópicas e pontuais podem servir para evitar a mudança sistêmica. A economia verde corre o risco de se limitar a gestos simbólicos (...) que serve para manter o status quo para a maior parte do meio ambiente, da sociedade e da economia." (SAWYER, 2011,p.39)

Assim, ao invés de remodelar os mercados e os processos de produção para se ajustar à lógica da natureza, estaria sendo usada a lógica dos mercados e da acumulação capitalista para determinar o futuro da natureza (SHIVA, 1991, apud BANERJEE, 2002).

Moreira (1999) sublinha que a emergência deste “capitalismo verde”, ou “capitalismo ecológico”, traz a proposta de valoração da natureza, apropriação privada da biodiversidade e a regulação do uso dos recursos naturais, mas não o rompimento com a ordem capitalista. Apresenta a idéia de “distribuição ecológica” (formulada por Alier), entendida como as assimetrias ou desigualdades na utilização pelos humanos dos recursos e serviços ambientais. Esta distribuição ecológica estaria associada à distribuição da propriedade dos recursos produtivos e, portanto, às relações entre proprietários e não-proprietários de recursos naturais, análoga à luta de classes. O autor é crítico quanto às formulações em vigor que não problematizam as formas sociais na ordem capitalista, seus processos de acumulação e suas assimetrias de poder. Segundo o autor, há uma contradição entre as formas de organização econômica no capitalismo e a elaboração de políticas que visam a equidade como forma de justiça social:

“Na medida que reconhecemos que os processos sociais em curso não apontam para a negação da ordem capitalista, a equidade social possível de ser por nós visualizada – com algum grau de certeza, no curto e no médio prazo – é aquela relativa a esta natureza desigual intrínseca a estas sociedades, ou seja, será sempre, paradoxalmente, uma equidade portadora de graus de desigualdade.” (MOREIRA, 1999b)

De fato, apesar da existência de iniciativas como a economia solidária⁷ e de propostas como os “negócios sociais”⁸, o desenvolvimento sustentável em pauta no Brasil não nega a dinâmica capitalista. É possível identificar seu fio condutor refletido no seguinte trecho:

⁷ Conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão, caracterizadas pela cooperação e solidariedade. Definição disponível no site do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil, endereço eletrônico: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp. Acesso em 18/09/2013.

⁸ O negócio social gera a renda necessária para se sustentar. O saldo positivo é usado para expandir o negócio e reservado para cobrir incertezas. Não há lucro pessoal. O objetivo é contribuir para o combate a um problema social. (YUNUS, 2010)

“Precisamos de uma forma mais sofisticada de capitalismo - forma imbuída de um propósito social. Mas esse propósito não deve surgir da caridade, mas de um entendimento mais profundo da concorrência e criação de valor econômico. Essa próxima evolução do modo capitalista reconhece novas e melhores maneiras de desenvolver produtos, atender a mercados e erguer empreendimentos produtivos.” (PORTER & KRAMER, 2011, p.32)

A principal engrenagem da economia é o sistema financeiro. As instituições financeiras são responsáveis pela intermediação entre os agentes que dispõem de recursos financeiros excedentes e empresas, governos e consumidores que buscam crédito; por isso tem enorme capacidade de influenciar o processo decisório na economia. São necessárias para consolidar a transição para a adoção em larga escala de práticas econômicas socialmente responsáveis. A atuação das instituições financeiras deve estar pautada na corresponsabilidade que possuem em garantir que os empreendimentos apoiados não se traduzam em prejuízos que irão afetar negativamente toda a sociedade (YOUNG, 2012, p.20). Essa preocupação com a sociedade, no entanto, não parece estar na presente na dinâmica seguida pelas instituições financeiras atualmente. Sua atuação não vai de encontro a ordem reprodutora de exclusão social e degradação ambiental; muito pelo contrário.

Capra (2005) sugere sua re-organização de acordo com outros referenciais: “O problema principal não é a tecnologia, mas a política e os valores humanos. E esses valores humanos podem mudar, não são leis naturais. As mesmas redes eletrônicas e de fluxos financeiros e de informações poderiam ser programadas de acordo com outros valores”. Este posicionamento converge com o de Hart (2006):

“o sistema financeiro global pode expandir seus horizontes para além de uma preocupação atual com o movimento de livre capital - que tem atendido aos interesses dos ricos, ao mesmo tempo em que desestabiliza as moedas estrangeiras e aumenta o empobrecimento daqueles que já são pobres - tornando-se uma ferramenta verdadeiramente efetiva para expandir oportunidades e combater a pobreza. (HART, 2006, p. 185)

Um exemplo de ação é o condicionamento da outorga de crédito a uma empresa em função dos impactos ambientais do negócio, de forma voluntária ou induzida por políticas públicas e legislações. A exigência de critérios de sustentabilidade em operações de financiamento passou a se tornar cada vez mais freqüente como forma de evitar prejuízos em operações que possam ser bloqueadas no futuro por razões legais e/ou que tragam danos a imagem. A iniciativa de mais destaque na esfera internacional são os Princípios do Equador, que estabelecem critérios mínimos para concessão de crédito assegurando que os

projetos sejam desenvolvidos de forma social e ambientalmente responsável. (YOUNG, 2012, p.21)

Outros dois referenciais internacionais são os Princípios de Investimento Responsável (PRI) das Nações Unidas, de 2006, que tem por objetivo integrar temas ambientais, sociais e de governança às tomadas de decisão de investimento e conta com a participação de mais de 900 investidores de todo o mundo; e os Padrões de Desempenho sobre Sustentabilidade da Corporação Financeira Internacional (IFC), também de 2006 (revisão feita em 2012), que apresenta pontos a serem considerados pelo setor financeiro para identificação, avaliação e gestão de risco socioambiental no financiamento de projetos. Não admite o financiamento de projetos relacionados a produção e comercialização de armas, bebidas alcoólicas, tabaco, materiais radioativos, fibras de amianto, entre outros.

No Brasil, desde 1995 vigora o “Protocolo Verde”, compromisso assumido por cinco instituições financeiras que se comprometeram a considerar plenamente variáveis ambientais nas análises de concessão de crédito. Para projetos de maior impacto, somente o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), fez exigências ambientais além dos requisitos legais (YOUNG, 2012, p.24).

Apesar da existência destes e de inúmeros outros referenciais e certificações relacionados à garantia dos direitos humanos e proteção ao meio ambiente, é preciso ressaltar que este caminho ainda não se reflete inteiramente nas leis e normas brasileiras. Em relação a direitos humanos, por exemplo, há um cadastro mantido pelo Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil, atualizado periodicamente, com os empregadores autuados por manterem mão-de-obra em situação análoga à escravidão. As empresas que tem contratos vigentes no momento da inclusão do empregador no cadastro sofrem uma forte pressão social para interromper o negócio, no entanto, não há uma regra que determine que atitude deve ser adotada por estes parceiros comerciais. A responsabilização de uma empresa pela adoção de práticas incorretas por parte de seus fornecedores começa agora a ser considerada de maneira mais enfática, tendo exemplos claros a indústria de confecção de roupas.

Assim, para questões ainda não contempladas nas leis, agir de forma coerente com determinados valores é, muitas vezes, uma opção que vem sendo valorizada, mas cuja aplicação tem variado de acordo com os interesses e as forças que se apresentam em cada situação.

3.5 A responsabilidade social das empresas

Ainda que de uma maneira extremamente simplificada, é possível afirmar que a teoria neoclássica da firma a vê como uma instituição legal de produção na qual um gerente, agindo racionalmente e munido de informação, escolhe a alternativa mais favorável à maximização dos lucros (HART, 1989, apud CHANDLER, 1992). Firmas seriam instrumentos das economias capitalistas para produção e distribuição de produtos e serviços, e para planejamento e alocação para futuras produções e distribuições (Idem). Diversas críticas e argumentos, contudo, têm sido expressos para contestar premissas do modelo neoclássico: nem o mercado seria auto-regulável, nem os indivíduos maximizadores. Nesta outra visão, “as forças de mercado livres não existem, sendo o mercado e as firmas instituições fortemente influenciadas pelas interações sociais, que não se manifestam através de "escolhas racionais" e ações concretas, mas sim pelo comportamento intencionalmente construído.”(VINHA, 2000)

“Hodgson argumenta que justamente porque o "equilíbrio" se faz pleno de imperfeições, comporta diferentes formas de negociações e cooperação, que são as únicas maneiras de se articular informações dispersas e interesses diferenciados. Por sua vez, a idéia de firma como construção social explica a predominância das políticas de concertação entre os diferentes atores em jogo e constitui o ponto de partida para a análise das firmas ambientalmente comprometidas.” (VINHA, 2000)

Na visão de Granovetter (1985), as instituições são tão compelidas pelas relações sociais, que interpretá-las como elementos independentes representa um grave equívoco. Kliksberg (2007) segue a mesma direção, argumentado que é preciso considerar a empresa uma das instituições básicas da sociedade, e que justamente por conta disso, tem que estar inserida plenamente nas discussões dos principais problemas sociais. O autor considera que a empresa deve ser uma aliada no enfrentamento de questões essenciais para o interesse coletivo, o que não quer dizer que suas ações substituam políticas públicas.

Este entendimento está relacionado ao conceito de “responsabilidade social empresarial”, termo que também é chamado de “responsabilidade social corporativa”, “cidadania corporativa”, ou só “responsabilidade social”. Ashley (2005) afirma que se trata de um novo conceito de empresa, e, assim, de um novo modelo mental das relações sociais, econômicas e políticas.

“O principal motivo para uma empresa ser socialmente responsável é que isso proporciona a ela consciência de si mesma e de suas interações com a sociedade. Em um mundo em que a realidade de mercado muda com a velocidade cada vez maior, a empresa precisa saber exatamente qual é a sua

missão, e a busca de um sentido ético para sua existência deve voltar-se tanto as relações de mercado quanto as relações além do mercado.” (ASHLEY 2005, p.71)

Banerjee (2002) acredita que o discurso sobre o comprometimento da empresa com a responsabilidade social representa uma ideologia corporativa com a finalidade de legitimar o poder de grandes corporações. O discurso construiria um relacionamento entre a sociedade e as empresas baseado nos interesses das últimas (WINDSOR, 2001, apud BANERJEE, 2002). Segundo o autor, os sistemas econômicos, governos e instituições geralmente determinam o que é legítimo e esse poder de determinação não é facilmente alterável. Enquanto consumidores, empregados, acionistas e governos podem “tomar de volta” a legitimidade dada a uma corporação, fazendo-a a mudar de atitude ou perecer, o poder de comunidades marginalizadas para fazer isso é muito restrito (BANERJEE, 2002, p.8).

Friedman (apud ASHLEY, 2005, p.48) argumenta que a direção corporativa, como agente dos acionistas, não tem o direito de fazer nada que não atenda ao objetivo de maximização dos lucros, mantidos os limites da lei. Agir diferente é uma violação das obrigações morais, legais e institucionais da direção da corporação.

Do ponto de vista de Hart (2006), as empresas precisam considerar os aspectos de responsabilidade social em sua estratégia por uma questão de concorrência no mercado: “As velhas estratégias da era industrial não são mais viáveis. Agora é hora de dar vida a uma nova forma de comércio, mais inclusiva, que melhore a condição social de toda a família humana ao mesmo tempo em que reabasteça e restaure a natureza.” (HART, 2006)

Vinha (2000) também analisa o movimento como um processo social de construção de uma “convenção de mercado”. Argumenta que, a despeito de o termo desenvolvimento sustentável poder ser visto em sua origem como uma revolução científica e paradigmática, “esta revolução manifestou-se na forma de uma convenção de mercado, constituída com base na crença de que o desenvolvimento sustentável pode vir a se transformar numa poderosa estratégia de negócios” (VINHA, 2000; 1-9).

Andrews (1980) define a estratégia da empresa como o modelo de decisões que determina e revela seus objetivos, propósitos, metas, políticas e planos. Afirma que a estratégia contempla a natureza da contribuição econômica e não-econômica que a empresa pretende fazer para seus acionistas, funcionários, clientes e comunidade. Segundo o autor: “É a unidade, a coerência e a consistência interna das decisões estratégicas de uma empresa

que irão posicioná-la em seu ambiente e dar-lhe identidade, poder para mobilizar suas forças e possibilidades de sucesso nomeado." Este posicionamento responde a uma cobrança social e atua diretamente no fortalecimento da imagem da empresa e manutenção de sua reputação, que também representa um ativo econômico que não pode ser negligenciado (WILLIAMSON, 1975, p.106-108). Favorece sua capacidade de atrair e reter talentos, comprometimento dos empregados, legitimidade perante estado e sociedade, além de facilidades em termos de parcerias de negócio (ASHLEY, p.24).

Nesta linha de pensamento, Porter & Kramer (2011) apresentam o “princípio do valor compartilhado”, que pode ser definido como “políticas e práticas operacionais que aumentam a competitividade de uma empresa ao mesmo tempo em que melhoram as condições socioeconômicas nas comunidades em que a empresa atua” (PORTER & KRAMER, 2011). Segundo este princípio, as empresas devem pensar sua forma de gerar valor econômico de forma a criar também valor para a comunidade, com o enfrentamento de suas necessidades e desafios. Não corresponde à lógica da redistribuição, mas sim ao aumento total do valor econômico e social.

Esta ideia sugere o risco da criação de “ilhas de progresso” no local em que está instalada a empresa. Dentro da realidade brasileira, por exemplo, é possível afirmar, com base no histórico de situações semelhantes, que um dos primeiros eventos que ocorreria seria um grande fluxo migratório para a localidade da empresa. Apesar desta suposição, para uma avaliação mais precisa do princípio do valor compartilhado, seria necessário aprofundar-se, avaliando as consequências nos diferentes contextos.

Porter & Kramer (Id.) afirmam que, no ideário neoclássico, o progresso social impõe limites a atividade empresarial, por aumentar custos. No entanto, segundo o princípio do valor compartilhado, o enfrentamento de mazelas da sociedade não eleva necessariamente os custos da empresa, pois esta pode recorrer a colaboração e inovação, com o emprego de novas tecnologias, métodos, operações e abordagens de gestão. Reconhecer produtos e mercados, redefinir a produtividade da cadeia de valor e fomentar o desenvolvimento de clusters locais (concentrações geográficas de empresas, negócios correlatos, fornecedores, prestadores de serviço e infraestrutura logística numa determinada área) são algumas das alternativas citadas pelos autores para a empresa criar oportunidades de valor compartilhado.

A Norma Internacional ISO 26000 - Diretrizes de Responsabilidade Social (2010) apresenta exemplos de que as empresas podem contribuir para o desenvolvimento local transferindo tecnologia e aumentando as capacidades da comunidade:

“As organizações podem contribuir positivamente para a geração de riqueza e renda por meio de programas e empreendedorismo, desenvolvimento de fornecedores locais e emprego de membros da comunidade, assim como por meio de amplos esforços para fortalecer os recursos econômicos e as relações sociais que facilitem o bem estar socioeconômico ou gerem benefícios para a comunidade.”(ISO26000)

A Norma alega que o funcionamento adequado do Estado é indispensável para o desenvolvimento sustentável e que seu papel é essencial para assegurar a aplicação efetiva de leis e regulamentos. Afirma que os governos podem auxiliar as organizações em seus esforços para atuarem de forma socialmente responsável de muitas formas; “entretanto, a promoção da responsabilidade social das organizações não é e nem pode ser um substituto para o exercício efetivo dos deveres e responsabilidades do Estado.” (ISO 26000, 2010, p.10)

De acordo com Ashley (2005), o conceito de responsabilidade social passou a ganhar força na década de 50 nos Estados Unidos e nos anos 60 na Europa. Na década de 80, o entendimento da responsabilidade social se limitava a realização de ações filantrópicas atendendo a demandas de instituições de caridade. A partir da década de 90, houve uma busca das empresas por um modelo de gestão que incluísse uma nova racionalidade para as estratégias empresariais; um novo modo de valorar, refletir e decidir, que revelasse seus princípios. Esta mudança decorria também de pressões sociais por mais participação democrática que ocorriam no período. A natureza do envolvimento das organizações privadas e não-governamentais e dos movimentos sociais se transformava.

Neste momento, a responsabilidade social ainda era identificada de forma geral pelo “investimento social privado”, definido como “o repasse voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público.”(GIFE/IBCG,2009). Em 2010, foi lançada a Norma Internacional ISO 26000 - Diretrizes de Responsabilidade Social (NBR ISO 26000), que estabelece a responsabilidade social como uma forma de gestão do negócio da empresa. Para ser social e ambientalmente responsável, a empresa tem que internalizar a responsabilidade social como um valor, que tem que se refletir em todas suas decisões e atividades. A ISO 26000 apresenta como definição para responsabilidade social “a responsabilidade de uma

organização pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, por meio de um comportamento ético e transparente que:

- Contribua para o desenvolvimento sustentável, inclusive a saúde e o bem estar da sociedade;
- Leve em consideração as expectativas das partes interessadas;
- Esteja em conformidade com a legislação aplicável;
- Seja consistente com as normas internacionais de comportamento e
- Esteja integrada em toda a organização e seja praticada em suas relações.”

Segundo a norma, convém que um objetivo amplo de responsabilidade social da organização seja contribuir para o desenvolvimento sustentável. O documento destaca sete “temas centrais”: “governança organizacional”, “direitos humanos”, “práticas de trabalho”, “meio ambiente”, “práticas leais de operação”, “questões relativas ao consumidor” e “envolvimento e desenvolvimento da comunidade”.

Ashley (2005) afirma que há um reconhecimento na academia de que ética, cultura e valores morais são intrínsecos a noção de responsabilidade social empresarial. Responsabilidades éticas correspondem a atividades, práticas, políticas e comportamentos que mesmo que não estejam codificados como leis, são ou não são esperados pela sociedade. É recomendável que orientações, regras, compromissos e entendimentos acerca da conduta ética sejam feitas por meio da divulgação do Código de Ética da empresa para funcionários e demais grupos que se relacionem com a empresa. Contudo, não basta “informar” sobre o Código de Ética, é preciso que haja apoio de todos os funcionários; do contrário, não será aplicado no dia-a-dia.

Kliksberg (2010) coloca que a responsabilidade social empresarial vem sendo exigida de modo crescente pela sociedade como uma política corporativa essencial. O crescimento do engajamento a esta ideia e a possibilidade de mobilização da sociedade pelas redes sociais, ultrapassando fronteiras, alimenta a cobrança por uma atuação ética e transparente das empresas, e também social e ambientalmente mais justas. Este movimento leva a mudança na estratégia empresarial.

Um princípio básico da responsabilidade social é que as “partes interessadas” sejam respeitadas e seus interesses considerados na tomada de decisão da empresa. O engajamento das partes interessadas envolve a prática do diálogo entre estas e a empresa.

Neste estudo, conforme considerado pela ISO 26000⁹, usarei o termo “partes interessadas” como equivalente a “stakeholders”, termo também muito encontrado na literatura. Segundo a norma citada, “partes interessadas” são “organizações ou indivíduos que tem um ou mais interesses em quaisquer decisões ou atividades de uma organização”. Esta definição, no entanto, faz parte de uma discussão na academia.

Uma das definições de “stakeholder” mais referenciadas na literatura é a conceituação apresentada por Freeman (1984, p.46): “grupo ou indivíduo que pode afetar ou ser afetado pelo alcance dos objetivos da empresa”. O autor exemplifica (Idem, p.25): governo, organizações comunitárias, consumidores, fornecedores, empregados, imprensa, concorrentes, entre outros. Mitchell et al (1997) fazem um apanhado dos conceitos atribuídos ao termo por outros representantes da academia: “grupos sobre os quais a empresa é responsável” (ALKHAFAJI, 1989), “grupos que tem um relacionamento com a empresa” (THOMPSON, WARTICK, SMITH, 1991), “que geram algum risco como resultado de terem investido alguma forma de capital, humano ou financeiro, algo de valor, numa firma” (CLARKSON, 1994) ou ainda “são ou podem ser influenciados ou influenciar uma organização”(STARIK, 1994).

Mitchell et al argumentam que é necessário avaliar, na análise das partes interessadas, o relacionamento sistemático estabelecido entre a empresa e estas considerando a presença ou ausência de três atributos: poder, legitimidade e/ou urgência. Numa descrição simplificada do conteúdo apresentado, o primeiro item é descrito como a habilidade de fazer acontecer o que se deseja. O segundo significa a percepção generalizada ou assumida que as ações de uma entidade são desejadas, satisfatórias ou apropriadas dentro do sistema construído de normas, valores, crenças. O terceiro está relacionado a situação uma reivindicação ou relacionamento demandar atenção imediata por ser crítica.

Segundo Vinha (2001, p.221), empresas de grande porte, de forte presença regional e cuja produção assenta-se no uso intensivo de recursos ambientais, por estarem mais expostas à vigilância pública, estão mais propensas a implementar um sistema de gestão ambiental e desenvolver projetos comunitários. Um dos motivadores pode ser compensar histórias de fracasso nas suas relações com a sociedade local, resultado de um passado de atuação negligente, gerador de passivo ambiental. A incorporação desta visão passa também pela percepção de que a influência dos stakeholders se dá não só com base em

⁹ “As partes interessadas podem também ser chamadas *stakeholders*” (p.7).

escolhas racionais e ações concretas, mas também pelo aspecto ideológico-cultural (VINHA, 2001).

Do ponto de vista desta pesquisadora, a maior probabilidade de encontrar empresas brasileiras com um sistema de gestão ambiental estabelecido explica-se pela necessidade destas se organizarem internamente para atender demandas do processo de licenciamento ambiental de empreendimentos, do qual a empresa depende para dar início à operação de suas atividades, e sobre o qual se discorre em mais detalhes no próximo capítulo. A obrigatoriedade de elaboração de um estudo prévio de impacto ambiental para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente encontra-se expressa na Constituição Federal (Capítulo VI, Art.225, IV), que também estabelece que ao explorar recursos minerais é necessário recuperar o meio ambiente degradado (§2º) e que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas (§3º). A intenção aqui é trazer à tona que há um arcabouço legal a respeito da dimensão ambiental já presente na gestão, diferentemente da dimensão social, cuja importância começa a ganhar reconhecimento mais recentemente.

Ainda a respeito do campo do meio ambiente, vale destacar que a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº6.938, de 31/08/1981) reconhece a existência de corresponsabilidade da empresa em relação a atividades executadas em sua cadeia de produção: “é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade” (Art.14, § 1º). Quando se trata de violações de direitos humanos, a essa corresponsabilidade, ainda não devidamente regulada por leis, vem sendo atribuído o termo “due diligence”.

Trata-se de um processo abrangente e pró-ativo para identificar impactos sociais, ambientais e econômicos negativos, reais e potenciais das decisões e atividades de uma organização, com o propósito de evitar e mitigar esses impactos. Pode envolver a influência do comportamento de outras entidades cujas atividades estejam significativamente ligadas às da empresa (ISO 26000, 2010; RUGGIE, 2011). Considerando a due diligence, é recomendável que as empresas avaliem os riscos e impactos de suas parcerias e prestem contas sobre como se posicionam em relação a estas (RUGGIE, 2011; OECD, 2011). Empresas multinacionais não devem adotar uma atitude em seus países-sede e outro,

diferente, nos países em desenvolvimento (KLIKSBURG, 2010) Elkington (2001, p.2) destaca a repercussão destes novos valores na cadeia de produção de cada empresa:

“Recusar o desafio imposto pelos três pilares [social, econômico e ambiental] é correr o risco de extinção. Esse assunto não diz respeito somente às grandes corporações: estas serão forçadas a repassar a pressão, por meio da cadeia de fornecimento, para seus grandes e pequenos fornecedores e empreiteiros. Essas mudanças vêm de uma profunda reformulação das expectativas sociedade e, como resultado, dos que servem aos mercados local e global.” (ELKINGTON, 2001, p.2)

Uma organização pode influenciar outras organizações por meio, por exemplo, de práticas e decisões de compra movidas por critérios específicos de responsabilidade social. Por meio de liderança e aconselhamento ao longo da cadeia de valor, pode promover a adoção e apoio a princípios e práticas de responsabilidade social (ISO 26000 p.52). Recentemente, empresas e organizações signatárias do Pacto Global¹⁰, emitiram o documento “Contribuição Empresarial para a Promoção da Economia Verde e Inclusiva” (2012) onde “assumem como compromisso atuar nas cadeias de valor (fornecedores e clientes) de forma a promover o diálogo, a cooperação e comprometimento visando ampliar a contribuição da cadeia para o desenvolvimento sustentável”.

A associação entre responsabilidade social e retorno financeiro desperta o interesse dos investidores. Às vezes, o custo de agir de forma social e ambientalmente responsável é utilizado como argumento para a escolha por uma atuação que não preza por estes valores. Diversas pesquisas vem sendo feitas em busca de uma resposta. No entanto, nenhum resultado obtido foi capaz de encerrar esta discussão, que é claramente conduzida por diferentes interesses.

Esta pesquisadora enxerga também uma dificuldade em estabelecer um consenso sobre os parâmetros e critérios que balizariam uma pesquisa do tipo, assim como os instrumentos de mensuração. Questiona se a chave desta discussão deveria mesmo ser “gera ou não mais lucro que...” e não outra inspirada nesta consideração de Abramovay (2009): “Trata-se, em primeiro lugar, de devolver a economia a seu berço original, a ética, perguntando para que serve a riqueza e qual o sentido de aumentá-la de forma incessante, mesmo ali onde a psicologia econômica contemporânea mostra que seu poder para ampliar a felicidade humana é decrescente.”

¹⁰ Para mais informações, ver subitem 4.3, Quadro 1.

Dentro da questão da responsabilidade social empresarial e a qualidade e legitimação do diálogo é importante reconhecer o papel fundamental de uma política de transparência. A transparência é aqui entendida como “franqueza sobre decisões e atividades que afetam a sociedade, a economia e o meio ambiente, e a disposição de comunicá-las de forma clara, precisa, tempestiva, honesta e completa.” (ISO 26000, 2010, p.5).

No Brasil, uma série de iniciativas voltadas para o tema está em andamento. Em 2004, a Controladoria-Geral da União (CGU) lançou o Portal da Transparência do Governo Federal com o objetivo de aumentar a divulgação de informações sobre a gestão pública. O Portal disponibiliza informações sobre gastos diretos do Governo Federal, receitas previstas, convênios registrados, situação funcional dos servidores, ente outras. O cidadão pode, assim, acompanhar e fiscalizar a utilização do dinheiro público.

A Lei de Acesso a Informação (Lei nº 12.527/11), lançada em 2011, reforça a tendência à “cultura da transparência”. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previstas na Constituição Federal. A Constituição coloca que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse e que cabe à administração pública tomar as providências para franquear sua consulta (Art. 5º, inciso XXXIII). Segundo a lei citada, a informação requisitada deve ser fornecida de forma ágil, objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

No mesmo ano, o Brasil aderiu a iniciativa multilateral internacional “Parceria para Governo Aberto” (Open Government Partnership - OGP), que tem por objetivo "assegurar compromissos concretos nas áreas de promoção da transparência, luta contra a corrupção, participação social e fomento ao desenvolvimento de novas tecnologias de maneira a tornar os governos mais abertos, efetivos e responsáveis". Um dos instrumentos do programa é a consulta “Diálogos Governo e Sociedade Civil no Brasil”, que inclui debate virtual e presencial e envio de propostas de compromissos a serem assumidos. Um dos “desafios” do programa é o aumento da responsabilidade corporativa. A finalidade é estimular e garantir que as empresas sejam mais sensíveis ao contexto em que operam, atuando de maneira responsável em áreas como meio ambiente, combate a corrupção, proteção ao consumidor e engajamento comunitário.

Ao se pensar a transparência em uma grande empresa, é preciso considerar os canais de comunicação (Sistema de Atendimento ao Cliente, Fale Conosco, Ouvidoria, entre outros) e o relatório de sustentabilidade. Trata-se de uma publicação anual que vem se

tornando mais importante a cada ano. A publicação é uma prestação de contas à sociedade sobre o desempenho econômico, social, ambiental e financeiro da empresa naquele ano. A Global Reporting Initiative (GRI) é a organização responsável pelo lançamento de diretrizes mundialmente seguidas para reporte. O modelo apresenta uma série de indicadores e as empresas devem relatar seu desempenho naqueles tópicos. Exibirão nas publicações os selos A, B, ou C dependendo do número de indicadores que relatarem, e um sinal de “+” caso o relatório tenha passado pela verificação de uma auditoria externa. A GRI recomenda que a empresa realize um “teste de materialidade” antes da publicação, que se trata de uma consulta às partes interessadas para identificação do que é relevante relatar de seu ponto de vista. Entre as diretrizes de reporte da GRI, consta que a empresa deve informar no relatório como atende as expectativas e interesses das partes interessadas e como seu engajamento é aproveitado nas decisões de reporte.

3.6 A regulação civil

As empresas estão sujeitas a dois tipos de controles, o normativo e o social. O primeiro é exercido pelo Estado e seus agentes, através de dispositivos legais que regulam suas atividades, e por entidades certificadoras. O segundo é exercido pela sociedade, e encontra-se refletido na opinião pública. É fruto da maneira como os públicos vêem a organização e interpretam suas atitudes. Está, portanto, intimamente ligado a sua imagem e reputação (HENRIQUES, 2009).

Este controle social posto em prática pode ser associado ao que Vogel (2008) chama de “regulação civil”: “desde os anos 90, a regulação voluntária global de negócios com foco social, também chamada de regulação civil, vem se expandido significativamente, fortemente associada com princípios e práticas da responsabilidade social corporativa.” O autor aponta que Haufler (2001) caracteriza o crescimento substancial da auto-regulação da indústria como um “novo tipo de governança global”, que permite alcançar decisões coletivas sobre problemas transacionais com ou sem participação governamental.

A emergência da regulação civil como componente da regulação global de negócios é atribuída à globalização da economia e a falta de mecanismos adequados de governo implantados no nível nacional e internacional para governança de firmas globais e de mercados.

Segundo Vogel (2008), a idéia de “governança sem governo” foi explorada por diversos cientistas sociais. Falkner (2003, apud Vogel, 2008) sugere que a regulação civil

represente não uma força para frente afastando-se dos governos e aproximando-se das empresas, mas sim um movimento em direção a um complexo relacionamento entre atores do setor privado e público. O autor chama a regulação civil de “leis leves”. Alguns exemplos de regulação civil são os padrões internacionais, certificações, selos e auditorias de terceira parte (Kirton & Trebilcock, 2004, apud Vogel, 2008) fazem a ressalva de que, diferentemente das leis, estas “leis leves” geralmente não tem legitimidade e nem prevêm mecanismo de coação.

Vogel (2008) acrescenta que a maioria de códigos de adesão voluntária foi unilateralmente adotada por associações de comércio ou firmas individuais. Ocasionalmente, a adesão é motivada por demanda social ou política, mas mesmo assim os códigos não dão a oportunidade formal de participação na sua formulação, apesar de em alguns casos organizações não-governamentais (ONGs) monitorarem e reportarem sobre cumprimento dos pontos. Raros códigos possuem monitoramento independente. Alguns não prevêm monitoramento, outros possuem pelas próprias empresas.

A mais importante regulação social, segundo o autor, é a dos “códigos multistakeholders”, resultado de acordos sobre negócios entre governos, ONGs, uniões de comércio. Seu crescimento decorre de falta de credibilidade da auto-regulação da indústria, o incremento do ativismo e influência do consumidor, das ONGs, e de normas de 'boa governança' que enfatizam a importância da colaboração e parceria de non-state market driven¹¹.

Vinha (2001, p.218) afirma que a força da vontade popular, quando se expressa de forma organizada, evidencia de que o processo de produção não é o resultado automático de um mix entre capital e trabalho. A crescente influência dos consumidores e dos ambientalistas ilustra bem esta afirmação. Ao pressionarem os governantes na expectativa do intervencionismo estatal contra os abusos ambientais praticados pelas indústrias, ou ao exigirem produtos conteúdo de qualidade ambiental, contribuem para diferenciar as empresas.

Ashley (2005) afirma que a pressão que um mercado globalizado exerce nas empresas faz com elas precisem se auto-analisar continuamente, gerando um novo *ethos* que rege o modo como os negócios são feitos em todo o mundo: “Tanto o papel da

¹¹ Não foi encontrada uma tradução consagrada. Assim, optei por utilizar o termo na sua origem. Sugiro interpretá-lo como "governança não estatal dirigida pelo mercado".

empresas como o do próprio Estado estão sofrendo alterações. Se por um lado o papel da empresa na sociedade é cada vez mais amplo e complexo, por outro, muitas funções tradicionais do Estado estão sob ameaça.”:

“Estabelecer um modelo a ser seguido que tenha que ser demonstrado por meio de relatórios padronizados é criar um padrão de conduta, que poderá levar muitas empresas a apenas cumprir o que a lei manda. Dessa forma, cairá por terra o espírito social da iniciativa. A capacidade de as organizações assumirem uma postura social proativa em função da sociedade dará lugar a um posicionamento de cumprir um caráter normativo.” (ASHLEY, 2005, p.204)

Uma das mais conhecidas ferramentas de controle social que mobilizam a sociedade a fazer pressão sobre as empresas no Brasil é a lista divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego de empresas e pessoas autuadas por manter trabalhadores em condições análogas às de escravos. A ONG Repórter Brasil é a principal organização não-governamental envolvida com o tema e tem conseguido atenção para a causa principalmente quando se trata de empresas famosas de moda e vestuário. A ONG foi responsável também pela reportagem “Moendo Gente”, uma investigação sobre as condições de trabalho nos três maiores frigoríficos brasileiros, divulgando unidades condenadas na Justiça, interditadas, multadas e processadas. Outro exemplo é o “Relatório de Insustentabilidade da Vale 2012”¹², documento amplamente divulgado produzido pelo Movimento Internacional dos Atingidos pela Vale. Faz uma oposição ao Relatório de Sustentabilidade da Vale, empresa brasileira de mineração, destacando, segundo consta, impactos socioambientais e irregularidades cometidas nas operações no país e no mundo. A intenção das organizações é que a sociedade atente para a coerência entre a imagem que as empresas constroem e a realidade de sua atuação.

Um pressuposto é que, para mobilizar-se, a sociedade precisa estar organizada. Toro (2008) alega que a organização é o instrumento fundamental para alcançar a inclusão social, política, econômica e cultural. A criação e o desenvolvimento das organizações são fatores pedagógicos para a formação da cidadania e o fortalecimento da democracia: "Saber organizar-se, saber associar-se é a ciência professora de uma sociedade, porque a associação organizada produz auto-regulação nessa sociedade e permite mais facilmente o amparo dos direitos" (p.21). Chama de “tecido social” as redes que as diferentes

¹² Disponível no endereço eletrônico: <http://atingidospelavale.files.wordpress.com/2012/06/relatorio-insustentabilidade-vale-2012-final1.pdf>. Acesso em: 18/09/2013.

organizações geram entre si. Quanto maior o número de organizações produtivas, maior dinamismo, força e auto-regulação obtém a sociedade.

Ao relacionar esta idéia com a realidade brasileira, em especial a encontrada em comunidades pequenas impactadas por grandes empreendimentos empresariais, identifica-se que um dos obstáculos para a “regulação civil” é a fragilidade do tecido social, que encontra raízes históricas. Percebe-se que há redes organizadas dedicadas a temas específicos, como a luta pela terra e pela reforma agrária, mas outras ainda se configuram como movimentos incipientes, como os que questionam impactos de atividades extrativas como a mineração e a exploração de combustíveis fósseis, como o descrito no projeto analisado neste estudo. Essa fragilidade, ao lado de situações freqüentes de carência de serviços básicos nas comunidades, enfraquece o questionamento de decisões empresariais ou governamentais em favor dos direitos da comunidade, levando-os a uma situação de vulnerabilidade.

Em síntese, esse capítulo buscou repensar o sistema em que vivemos, e discutir o papel da empresa e da sociedade à luz desta reflexão. Propõe que a lógica do sistema precisa ser questionada por reproduzir desigualdades sociais e desequilíbrio ambiental. Lança um olhar sobre o novo cenário caracterizado por pressões sociais movidas por valores como “ética” e “transparência” e pela agenda do “desenvolvimento sustentável” e da “economia verde”. Discute o atual papel da empresa, que caminharia para a responsabilização pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, conceito refletido atualmente do termo “responsabilidade social”. Esse movimento seria também motivado por uma estratégia de diferenciação da empresa no mercado, que tem como base a valorização da marca por meio do incremento de ativos como imagem e reputação. Por fim, destaca-se a importância da “regulação civil” na relação entre sociedade, empresas e estado, porém ressalta-se que a fragilidade do “tecido social” presente em comunidades como a do projeto analisado neste trabalho é um ponto fundamental para se considerar, especialmente quando se estuda o diálogo entre em empresas e comunidades, foco do próximo capítulo.

CAPÍTULO IV O DIÁLOGO ENTRE EMPRESA E COMUNIDADE: ANÁLISE E PROPOSIÇÕES

4.1 Por que o diálogo?

Considerando o contexto descrito no capítulo anterior, este capítulo propõe que a prática do diálogo entre a empresa e a comunidade impactada seja internalizada à gestão da empresa e das organizações e movimentos sociais. Primeiro, porque o diálogo reflete os princípios democráticos, fortalecendo a organização social. Segundo, por oportunizar a geração de projetos empresariais de maior qualidade, a partir de sua construção com participação social.

Sobre os princípios democráticos, encontramos em Toro (2001) que toda ordem democrática está orientada a fazer possíveis os direitos humanos e cuidar e proteger a vida. Uma sociedade democrática percebe que seus cidadãos são fonte e criadores da ordem social que é construída entre todos e que pode ser por eles modificada. Converte os problemas em oportunidades através do debate e da deliberação entre os cidadãos, já que a democracia abrange os interesses de todos.

Na democracia, a paz não é ausência de conflitos; é resultado de uma sociedade capaz de aceitar regras para dirimir o conflito sem eliminar o outro de nenhuma maneira (física, sociológica ou psicologicamente). Na democracia, não há “inimigos”, mas “opositores”, pessoas que pensam diferente e tem distintos desejos e interesses, porém com as quais se pode acordar futuros comuns.

O autor reforça que, diante do conflito, a deliberação se converte numa oportunidade: as pessoas põem em jogo seus interesses, os expressam, sustentam, defendem com transparência e, a partir das diferenças, são capazes de construir bens coletivos.

Neste processo, o poder está em jogo. O poder move a dinâmica que determina as relações sociais e econômicas. Toro (2008) descreve o poder como "a capacidade, pessoal ou grupal, de criar uma convergência de interesses para a conquista de uma meta ou de um propósito." Assim, existe maior ou menor poder segundo a maior ou menor convergência de interesses construída. Nas "convergências autofundadas" prevalece o poder democrático: atores diferentes com interesses distintos se reconhecem mutuamente e através do diálogo debatem, negociam, articulam e projetam um interesse coletivo orientado para fazer possível a dignidade humana. Nas convergências impostas, prevalece o poder autoritário, caracterizado pelo medo, a coação, sendo ignorada a diversidade de interesses dos atores

implicados. Nas convergências compradas prevalece o poder clientelista: um ou vários atores com capital econômico e/ou simbólico pedem e obtêm de outros atores a renúncia ou a negação dos seus interesses com dinheiro ou promessas para aderir ao interesse do comprador. O fundamento é a dependência.

O exercício do diálogo contribui para o “empoderamento” da comunidade, processo que busca intervir nos desequilíbrios na distribuição do poder desfrutado por diferentes grupos socioeconômicos e suas conseqüências (OAKLEY & CLAYTON, 2003):

“o empoderamento não é simplesmente uma terapia para fazer com que os pobres se sintam melhores com a sua pobreza, nem é simplesmente apoio às “iniciativas locais” ou fazer com que tenham mais consciência política. (...) está relacionado a uma “mudança positiva” nos indivíduos e nas comunidades, em um sentido estrutural, à organização e à negociação.” (OAKLEY & CLAYTON, 2003, p.12-13)

O diálogo fortalece a formação de redes de colaboração entre agentes do Estado, empresas e sociedade, a partir do momento que gera espaço para a mobilização social, definida como “a reunião de sujeitos que pretendem resolver problemas e transformar uma dada realidade, em relação a uma causa que possa ser considerada de interesse público”(HENRIQUES 2005, p.8). A mobilização social é fundamental no exercício da cidadania. É o meio pelo qual os sujeitos podem intervir no debate público.

A constituição das redes de colaboração depende de um encadeamento de intervenções comunicativas de caráter estratégico que proporcione um ambiente de cooperação, onde se encontram as condições favoráveis para que os sujeitos possam agir orientados para o entendimento mútuo. (Idem)

“A mobilização social é um aspecto importante na atuação do Estado democrático, que se propõe a instituir canais de participação dos cidadãos na vida pública. A promoção de projetos mobilizadores visa, neste sentido, garantir a existência e uma dinâmica de participação em fóruns institucionalizados de discussão e deliberação e também a cooperação dos cidadãos na própria execução de ações que tornem efetivas as políticas de interesse público. Assim a livre associação de cidadãos compõe o cenário de uma sociedade civil organizada, com a qual o Estado necessita criar condições de interlocução e cooperação.” (HENRIQUES, 2009, p.4009)

A participação é também um processo educativo. Ao estar inserido num processo de diálogo, o cidadão pode tornar-se sujeito do seu processo de conhecimento, podendo aprender através de seu engajamento em atividades concretas no seio de novas relações de sociabilidade que tal ambiente permite que sejam construídas (PERUZZO, 2002). As redes sociais e de reciprocidade e confiança entre os indivíduos que tem como um de seus frutos o

engajamento cívico pertencem ao escopo do termo “capital social”, segundo a visão de Putnam (2000).

O segundo motivo para a internalização da prática do diálogo entre a empresa e a comunidade é por oportunizar a geração de projetos empresariais de maior qualidade, a partir de sua construção com participação social. Por “qualidade” entende-se sua maior aderência à realidade local e a consideração das expectativas sociais no seu planejamento, levando em conta, além do âmbito financeiro do projeto, que geralmente tem grande peso nas decisões, os possíveis impactos nos aspectos ambiental, econômico, cultural e de direitos humanos. A sugestão é que estes itens sejam abarcados dentro da visão de “sustentabilidade do projeto”.

O diálogo proporciona à empresa que preveja potenciais conflitos, podendo antecipar-se e planejar junto com a comunidade formas de mitigar possíveis problemas. O planejamento conjunto agrega valor e legitimidade ao processo de decisão. É uma janela que se abre para a empresa exercitar a cultura da transparência, sobre a qual se discorreu no capítulo IV, e identificar potenciais parcerias. Minimiza a ocorrência de episódios de vandalismos e boicotes contra a empresa, que provocam interrupções nas atividades e conseqüente prejuízo financeiro e de imagem. O prejuízo à imagem contribui pra perda de espaço no mercado, pois a empresa deixa de inspirar credibilidade em clientes, consumidores e outras empresas. Pode ainda ter dificuldade em fechar acordos e parcerias comerciais ou obter crédito.

O diálogo permite um aprendizado coletivo por meio do intercâmbio de diferentes formas de conhecimento. Callon et al (2009) ressalta que fóruns de diálogo “não são para troca de informações somente nem são ‘reduzíveis a simples batalhas ideológicas’, mas são sim fortes aparatos para explorar e aprender sobre novos mundos possíveis”. Vinha (2000) destaca a presença de um “conhecimento não apropriável”, citando como referência a consideração de Hodgson sobre o conhecimento e as habilidades serem complexos, intangíveis, tácitos e socialmente enraizados. Vinha (Id.) sugere que a perspectiva de engajamento “pode vir a se constituir numa ‘competência central’ de aprendizado coletivo capaz de oferecer uma via alternativa ao conhecimento gerado nos limites da empresa”.

“A interação em grupo que conduz ao aprendizado, pode ser extrapolada para a interação entre a firma e seus stakeholders¹³. Esta interação tem um componente de aprendizado - percepção, interpretação e avaliação - para a

¹³ Para definição, ver capítulo III.

empresa, igualmente intangível, não comercializável e não codificável, portanto, não apropriável. A empresa terá, sempre, que a eles recorrer quando quiser atuar pró-ativamente. Reside, aí, o segredo de uma bem sucedida estratégia baseada no stakeholder approach: a sensibilidade não só em identificar e consultar todos os stakeholders, direta e indiretamente, interessados nos negócios da firma, mas em mantê-los permanentemente informados e envolvidos ao longo de toda a vida do empreendimento.” (VINHA, 2000)

Se o diálogo der origem a decisões conjuntas, haverá um senso de responsabilidade compartilhado entre as partes envolvidas, como registra Henriques (2009):

“o chamado à cooperação não pode prescindir do processo de interlocução, que vai conferir o sentido público das ações e justificar a necessidade de uma responsabilidade compartilhada entre a empresa e a comunidade, dentro de um quadro de valores reconhecido por ambos os lados.” (HENRIQUES, 2009, p.4015)

Pelas razões acima descritas, propõe-se a incorporação do diálogo na relação entre empresas e comunidades.

4.2 O quão freqüente é a adoção da prática do diálogo entre a empresa e a comunidade?

As leituras realizadas para esta dissertação permitem à pesquisadora afirmar que, atualmente, o diálogo entre empresas e comunidades é realizado por meio de iniciativas isoladas que, muitas vezes, tem como justificativa algum conflito de interesses. Estas iniciativas geralmente são desenvolvidas na forma de programas vinculados ao setor de responsabilidade social da empresa ou ao setor responsável pelo atendimento a demandas do licenciamento ambiental de algum empreendimento potencialmente poluidor da empresa.

O licenciamento ambiental é o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental autoriza a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental (Resolução Conama nº237/97). Estão sujeitas ao licenciamento atividades que usam recursos naturais, agropecuárias, extração e tratamento de minerais, indústria química, metalúrgica, têxtil, de produtos alimentares, de fumo, de material elétrico, eletrônico e comunicações, de material de transporte, de madeira, de papel e celulose, de borracha, de couros e peles, obras civis, entre outras (Idem). São três fases de licenciamento: licença prévia, licença de instalação e licença de operação.

A audiência pública faz parte da primeira fase do licenciamento. É promovida pelo órgão ambiental sempre que este julga necessário, ou quando há solicitação de entidade civil, Ministério Público, ou 50 (cinquenta) ou mais cidadãos. Tem por finalidade expor aos interessados o conteúdo do produto em análise e do seu referido RIMA (Relatório de Impacto Ambiental), dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões. (Resolução Conama nº09/87)

O RIMA é uma síntese do EIA (Estudo de Impacto Ambiental) requerido para a licença. Deve ser apresentado de forma objetiva, em linguagem acessível, ilustradas por mapas, cartas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação visual, de modo que se possam entender as vantagens e desvantagens do projeto, bem como todas as conseqüências ambientais de sua implementação. (Resolução Conama nº 001/86)

A audiência é apontada como uma oportunidade de promoção de diálogo entre a empresa e a comunidade. A audiência é dirigida pelo representante do órgão licenciador que, após a exposição do projeto do empreendimento da empresa e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental, abre as discussões com os presentes. “Impacto ambiental” é qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e a qualidade dos recursos ambientais (Resolução Conama nº001/86, no Art.1). A descrição agrega, assim, aspectos sociais, econômicos e ambientais.

A audiência deve ser divulgada na imprensa local e ocorrer em local acessível. O órgão ambiental procede a análise e parecer final. A aprovação geralmente é acompanhada pela exigência de uma série de “condicionantes” para licença, que são ações a serem realizadas pela empresa como medidas mitigadoras e/ou compensatórias (Resolução Conama nº01/86, 09/87 e 237/97).

Apesar de a audiência ser uma oportunidade da empresa e a população local expressarem-se a respeito do projeto, o processo muitas vezes não corresponde ao diálogo que é proposto neste trabalho. Apesar da exigência de adoção de uma linguagem de fácil compreensão na explanação sobre o empreendimento, observa-se que por vezes esta se apresenta por demais técnica e distante do que a população usa, levando-os a não compreenderem todos os pontos do projeto, não tendo, assim, insumos ou segurança suficiente para argumentar ou tirar dúvidas. Um exemplo está descrito na carta da

Associação Brasileira de Antropologia dirigida ao Congresso Nacional em 2011 a respeito das audiências sobre o projeto de construção de Hidrelétricas em Belo Monte (PA):

“Há uma grande distância entre ser informado e consentir (...) Na perspectiva de tais comunidades, não resta dúvida de que elas não se sentem adequadamente informadas, muito menos ouvidas. (...) Considerando a barreira lingüística, a peculiaridade de sua organização política e a existência de fortes conflitos interétnicos, as audiências públicas não se configuram de modo algum em espaços que permitam a livre manifestação dos indígenas e que lhes propiciem os esclarecimentos específicos de que se ressentem”. (Associação Brasileira de Antropologia, 2011)

É possível acontecer também de nem todos os impactos, positivos e negativos, serem devidamente discutidos abertamente entre os presentes com o mesmo peso e importância. Há vezes em que o tempo entre a divulgação do Relatório de Impacto Ambiental e a audiência foi insuficiente para que a população se apropriasse das questões, até por tratar-se de um formato e um conteúdo ao qual podem não estar habituados. Outros fatores que deixam a população mais vulnerável no momento da audiência e que estão interligadas entre si são: a desmobilização em relação a organização social, falta de consciência cívica e de participação, descredibilidade no processo, pressão de forças político-partidárias e a falta de serviços básicos na comunidade, levando os moradores a ficarem mais vulneráveis ao receberem propostas que tragam algum benefício, por exemplo, para a saúde, educação ou infra-estrutura deficitária do local. O poder de veto, assim, apesar de existir, fica enfraquecido.

Outra fragilidade identificada no processo diz respeito a questionamentos sobre a consistência do exame dos aspectos sociais no Estudo de Impacto Ambiental do licenciamento. Tramita um Projeto de Lei (PL 217/2012) que afirma que os aspectos sociais ainda não são suficientemente ponderados nos procedimentos de licenciamento. O PL se propõe a incluir de maneira mais consistente na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº6.938, de 31/08/1981) aspectos sociais no escopo das avaliações. Propõe a alteração do termo "avaliação de impactos ambientais" para "avaliação de impactos socioambientais" (Art.9, inciso III), "licenciamento ambiental" para "licenciamento socioambiental" (Art.10) e acrescentar “significativo impacto social” onde se limitava a tratar de "atividades potencialmente poluidoras" ou que causam "degradação ambiental" (art.9, inciso IV e Art.10).

A anuência da comunidade local para o prosseguimento de um projeto empresarial vem sendo chamada de “licença social para operar”. Boutilier e Thomson (2011) a definem

como “a aceitabilidade de uma companhia e de sua operação local pela comunidade”. A partir de casos práticos analisados, os autores propõem pensar essa aceitabilidade em níveis. A primeira fronteira para a empresa “subir” nesta escala seria alcançar legitimidade junto à comunidade. Com isso, estaria no nível de “aceitação” da comunidade. A segunda fronteira seria ganhar credibilidade. Alcançaria, então, o nível de “aprovação”. A última fronteira seria a confiança. Esta permitiria chegar ao “topo” da escala, que é a “identificação psicológica”.

Os autores destacam quatro fatores que constituiriam estes níveis: percepção de que a companhia ou o projeto oferece benefícios (legitimidade econômica); percepção de que a companhia contribui para o bem-estar da região, respeita o modelo de vida local, corresponde as expectativas sobre seu papel na sociedade e age de acordo com o que as partes interessadas vêem como integridade (legitimidade sócio-política); percepção de que a companhia e seus gestores ouvem, respondem, cumprem promessas, engajam-se no diálogo mútuo e exibem reciprocidade em suas interações (confiança interacional); e percepção de que as relações entre as instituições das partes interessadas e a empresa estão baseadas no respeito permanente dos interesses um do outro.

4.3. O diálogo entre empresa e comunidade nos referenciais de responsabilidade social

Este subitem apresenta a análise de documentos nacionais e internacionais que são referências no campo da responsabilidade social empresarial. É observado se apresentam a proposta do diálogo entre empresa e comunidade e, em caso positivo, como o diálogo é qualificado em cada documento. A hipótese é que a centralidade da execução da atividade-fim das empresas tende a aparecer integrada a noção de responsabilidade social. Dessa forma, foram analisados 14 (quatorze) referenciais para as empresas no âmbito da responsabilidade social, documentos nacionais – de 1 a 5 no quadro a seguir - e de origem internacional – de 6 a 14. O quadro traz o nome do documento, o ano em que foi lançado, um breve resumo de seu objetivo geral, e a abordagem do termo ou da idéia de diálogo.

Nº	Referencial	O que é	Diálogo
1	Constituição Federal, Política Nacional de Meio Ambiente, Portaria Interministerial nº 419/2011, Resoluções Conama nº01/86, 09/87 e 237/97.	Legislação brasileira que regulamenta os processos de licenciamento de empreendimento ou atividade potencialmente poluidora ou degradadora.	A audiência pública precede a concessão de licença pelo órgão ambiental para o empreendimento empresarial potencialmente poluidor. Participam da audiência o órgão licenciador, a empresa dona do empreendimento, e demais interessados. A audiência acontece em local de fácil acesso e horário apropriado à participação. Dias antes, é divulgado o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do empreendimento. Durante a audiência, o RIMA é apresentado e há oportunidade para perguntas e explicações. Estas são registradas em ata e devem ser consideradas pelo órgão ambiental. A audiência é definida como um “mecanismo de participação social”.
2	ABNT NBR 16001 (2012)	Norma brasileira que estabelece requisitos mínimos de um sistema de gestão da Responsabilidade Social.	A norma apresenta o mesmo conteúdo relacionado ao <i>diálogo</i> que a ISO 26000, a maior parte no Anexo B - Engajamento das Partes Interessadas.
3	Indicadores Ethos de Responsabilidade Social (versão de 2012)	O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma OSCIP (organização da sociedade civil de interesse público) criada por empresários que tem entre seus objetivos desenvolver ferramentas para analisar práticas de gestão.	As empresas associadas se comprometem com a Carta de Princípios do Instituto Ethos, que tem entre seus itens o “ <i>Diálogo</i> com as partes interessadas”, onde assumem “buscar identificar e atender aos legítimos interesses das várias partes interessadas”. O indicador 5 (Engajamento das Partes Interessadas) indica como estágio mais avançado a empresa que promove o <i>diálogo</i> e envolve as partes interessadas de forma estruturada em reflexões prévias sobre suas atividades, processos e ações, sendo o processo auditado por terceiros.
4	Grupo de Institutos Fundações e Empresas - GIFE (docs de 2009 a 2011)	É uma rede sem fins lucrativos existente desde 1995 que reúne organizações de origem empresarial, familiar, independente e comunitária, que investem em projetos com finalidade pública. O objetivo é contribuir por meio do fortalecimento político-institucional e do apoio à atuação estratégica de institutos e fundações de origem empresarial e de outras entidades que realizam investimentos deste tipo. Em 2013, reunia 142 associados.	O <i>diálogo</i> não é citado no ‘Guia das Melhores Práticas de Governança para Fundações e Institutos Empresariais’ (GIFE e IBCG); apesar do documento trazer como um dos elementos fundamentais do investimento social privado o “envolvimento da comunidade no desenvolvimento da ação” (p.21). Recomenda ainda a participação das partes interessadas nos órgãos colegiados, de aconselhamento, conselhos consultivos ou foros de discussão e avaliação de projetos. Sobre a divulgação de informações, o Código de Conduta traz que é essencial “comunicar-se com as partes interessadas de maneira clara, transparente e eficiente”.

Quadro 1 – Presença do item “diálogo” nos referenciais

5	Visão Brasil 2050 (2012)	Trata-se de uma nova agenda para os negócios no país, a fim de apontar as metas necessárias para que o Brasil seja líder na economia verde. O CEBDS, que lançou a iniciativa em parceria com a PricewaterhouseCoopers, é uma associação civil, fundada em 1997, que congrega os esforços do setor empresarial para a implementação do desenvolvimento sustentável no Brasil, com articulação junto aos governos, empresas e sociedade civil. Reúne os maiores grupos empresariais do país. É o representante no Brasil da rede do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), que conta com cerca de 200 grupos empresariais em todos os continentes.	<p>O documento afirma que um dos principais pressupostos é o <i>diálogo</i> aberto e transparente entre todos os segmentos relevantes para a construção e a adequação permanente das bases das novas economias. Pontua como metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Ampliar e fortalecer os espaços de diálogo ente as partes interessadas das cadeias de valor para a produção sustentável; -Apoiar comunidades com espaços para diálogos comunitários e troca de conteúdos por meio de inovação e tecnologia, fomentando o protagonismo social.
6	ABN NBR ISO 26000 (2010)	Norma internacional que fornece diretrizes sobre Responsabilidade Social.	<p>A norma afirma a importância do <i>diálogo</i>. Extratos: “O engajamento das partes interessadas envolve <i>diálogo</i> entre a organização e uma ou mais de suas partes interessadas. Ele ajuda a organização a abordar sua responsabilidade social ao fornecer uma base sólida para suas decisões” (p. 18); “Convém que os processos e estruturas de tomada de decisões de uma organização a habilitem a estabelecer processos de comunicação de via dupla com as partes interessadas” (p.23)</p>
7	Padrão SA 8000 (2008)	Padrão que se baseia em normas internacionais de direitos humanos e em leis trabalhistas nacionais. Auditável por um sistema de verificação de terceira parte.	<p>O <i>diálogo</i> está presente na seção “Critérios do Sistema de Gestão” mas se apresenta de forma muito vaga: “a empresa deve demonstrar sua vontade de participar de diálogos com todas as partes interessadas”.</p>
8	Global Reporting Initiative – GRI (última versão de 2011)	A GRI é uma iniciativa de uma rede multistakeholder que traça Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade.	<p>Consta que mecanismos de reclamação devem ser legítimos, acessíveis, transparentes e baseados no <i>diálogo</i> e na mediação. A recomendação é que a empresa informe no relatório como atende as expectativas, preocupações e interesses das partes interessadas e como seu engajamento é aproveitado nas decisões de reporte. Solicita a descrição de quais os grupos engajados, e a frequência e tipo de abordagem (painéis, consultas, comunicados, etc).</p>

9	Pacto Global das Nações Unidas (2000)	Iniciativa que tem por objetivo mobilizar a comunidade empresarial internacional para a adoção de 10 princípios nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Hoje já são mais de 5.200 organizações signatárias articuladas por 150 redes ao redor do mundo. As empresas são solicitadas a publicar anualmente uma Comunicação de Progresso (COP) às partes interessadas sobre a implementação dos princípios e o apoio a outros objetivos de desenvolvimento da ONU.	Os princípios em si não apresentam a prática do <i>diálogo</i> com as comunidades. No entanto, uma sugestão para as empresas promoverem a responsabilidade ambiental (8º princípio) é “assegurar transparência e diálogo imparcial com suas partes interessadas”. Uma “boa prática” referendada pelo Pacto Global é a inclusão de partes interessadas na equipe que integra Conselhos da empresa.
10	Princípios Orientadores concernentes a Empresas e Direitos Humanos – relatório do Representante Especial do Secretário Geral das Nações Unidas (2011)	Relatório que traz princípios para o respeito aos direitos humanos por corporações transnacionais e outros empreendimentos corporativos.	O documento traz o <i>diálogo</i> como parte dos critérios de eficácia dos mecanismos de reclamação extrajudicial, sendo apontado como uma forma de abordar e solucionar problemas. (p.26) Enfatiza a importância da presença de mecanismos eficazes de reclamação para que as partes afetadas manifestem suas preocupações. Esses mecanismos previnem e ajudam a viabilizar a remediação de impactos adversos aos direitos humanos.
11	Questionário do Índice Dow Jones de Sustentabilidade – IDJS (2012)	O IDJS avalia o desempenho de companhias de todo o mundo cujos negócios passam pela Bolsa de Nova York em termos econômicos, sociais e ambientais. Serve como referência para aqueles que consideram a sustentabilidade em seus investimentos.	O questionário não aborda o <i>diálogo</i> , mas abrange os princípios da Cia. para engajamento das partes interessadas e sua participação na gestão de impactos na biodiversidade e recursos hídricos.
12	Princípios de Investimento Responsável (PRI) das Nações Unidas (2006)	Iniciativa de investidores em parceria com a Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Tem por objetivo integrar temas ambientais, sociais e de governança às tomadas de decisão de investimento. São 6 princípios a serem seguidos pelos signatários, que podem ser detentores de ativos (fundos de pensão, seguradoras, organizações depositárias, entre outras), instituições gestoras de investimentos e organizações prestadoras de serviço. Em janeiro de 2013, 927 investidores de todo o mundo constavam como signatários.	Os Princípios falam em <i>comunicar, relatar e divulgar</i> , sem especificar a forma e os envolvidos neste processo, não sendo possível concluir a respeito de seu posicionamento sobre o <i>diálogo</i> . O relatório ‘Report on progress’, de 2010, descreve iniciativas de diálogo mas que transcorreram somente entre os envolvidos diretamente nos investimentos: empresas, acionistas, sócios, investidores.

Quadro 1 – Presença do item “diálogo” nos referenciais

13	Diretrizes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para Empresas Multinacionais (criado em 2000, revisado em 2011)	Recomendações de governos para empresas multinacionais. Apresenta princípios e padrões para uma conduta responsável dos negócios.	O documento traz o <i>diálogo</i> e o apoio a iniciativas de partes interessadas como uma recomendação para a gestão da cadeia de suprimentos. Recomenda encontros e consultas que promovam a comunicação de duas vias e cita que o engajamento das partes interessadas pode ser interessante para o planejamento e tomada de decisão da empresa. Entre as políticas gerais, consta “estimular o fortalecimento das capacidades locais, através de uma estreita cooperação com a comunidade local”.
14	Padrões de Desempenho sobre Sustentabilidade da Corporação Financeira Internacional –IFC (criado em 2006, revisado em 2012)	A IFC foi fundada em 1956, é membro do Grupo Banco Mundial e integrada por 184 países. Possui padrões a serem considerados pelo setor financeiro para identificação, avaliação e gestão de risco socioambiental no financiamento de projetos. Não admite o financiamento de projetos relacionados a produção e comercialização de armas, bebidas alcoólicas, tabaco, materiais radioativos, fibras de amianto, entre outros. A Associação de Membros dos Princípios do Equador (adotados voluntariamente por instituições financeiras de 77 países, incluindo o Brasil) devem aplicar estes padrões em todas suas transações.	Os termos <i>consulta</i> , <i>negociação</i> e <i>parceria</i> estão mais presentes que o <i>diálogo</i> nos ‘Padrões de Desempenho sobre Sustentabilidade’ e na publicação ‘Stakeholder Engagement’, da IFC. No entanto, apresentam características atribuídas, neste estudo, ao diálogo: na publicação citada, consta que a consulta é um processo de diálogo de duas vias entre a empresa e suas partes interessadas (livre tradução, p 33), e que este é um passo para manter um relacionamento externo construtivo ao longo do tempo. Ressalta-se que ambos – empresa e comunidade – devem ter oportunidade de trocar visões e informações, ouvir e ter seus pontos considerados. O ‘Padrão de Desempenho 1 - Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Sociais’ enfatiza a importância da participação expressiva, livre de interferência, e o que denomina “engajamento inclusivo”, que é a participação de homens, mulheres, idosos, jovens e grupos vulneráveis.

A análise do conteúdo do quadro permite responder à hipótese do primeiro objetivo específico desta dissertação, que é analisar se o diálogo seria um item abarcado pela noção de responsabilidade social empresarial. A resposta é que sim, o diálogo integra este campo, porém o significado deste diálogo recomendado não está claro. Por vezes, não se usa o termo “diálogo”, mas “envolvimento”, “engajamento”, “comunicação de duas vias”, “parceria”, entre outros. Os documentos não sugerem premissas para o diálogo, ou para o “envolvimento”, nem formato, momento, ou maneiras de se avaliar iniciativas dentro do tema. Essa maneira difusa como se apresenta fragiliza a recomendação do diálogo nos referenciais.

Tanto documentos de origem nacional como internacional demonstram esta fragilidade. No entanto, constato que os de origem nacional fazem maior uso da idéia de "envolvimento", sem enfatizar claramente como isto se expressa na tomada de decisões. Mesmo a audiência pública, que é uma exigência do licenciamento ambiental, não garante o diálogo entre as partes, pois nem sempre os participantes detêm as mesmas informações e falam a mesma linguagem, entre outros pontos já descritos no subitem 4.2. Uma questão a ser destacada é a falta da obrigação da publicação oficial dos encaminhamentos da audiência pública.

O documento “Visão Brasil 2050” vai um pouco mais além que os demais ao citar espaços de diálogo comunitários e atuação nas cadeias de valor, item este que só foi citado também no documento “Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais”. A falta de menção ao assunto demonstra que há uma lacuna em termos de orientação a respeito da atuação junto a cadeia de fornecedores. Ou seja, a co-responsabilidade e a “due diligence” em direitos humanos ainda são temas incipientes e sujeitos a embates no mundo empresarial.

A norma nacional ISO16001, que estabelece requisitos mínimos de um sistema de gestão da Responsabilidade Social, espelhou-se na ISO26000, norma internacional com a mesma função, estando um passo à frente dos demais documentos nacionais. Fala diretamente em “comunicação de via dupla” e impacto do diálogo na tomada de decisões.

4.4 Quando praticar o diálogo entre empresa e comunidade?

O contato da empresa com a comunidade não começa com a atividade industrial, como se costuma considerar, mas durante a obra para sua instalação. Este pode ser o momento, inclusive, de maior concentração de funcionários (“pico da obra”) e maior impacto, devido a fatores como aumento de circulação de veículos e caminhões, geração de resíduos, entre outros. Grandes obras costumam atrair funcionários de outros estados, que passam meses distantes de suas famílias, muitas vezes em condições de alojamento inadequadas e sem opções de lazer. Essa situação pode potencializar o aumento do consumo de álcool e drogas, a presença de prostituição na área, e o crescimento do número de adolescentes grávidas, sem perspectivas de constituir uma família. Por isso é importante que estes fatores sejam previamente considerados e a conversa com a comunidade tenha início antes do começo da obra, e não somente a partir da inauguração das instalações da empresa.

Vinha (2001) reitera que o contato entre a empresa e os interessados deve ser estabelecido antes da implantação de um novo projeto na área:

“O processo de consulta pública e a formação das redes¹⁴ entre os atores envolvidos e/ou interessados num determinado empreendimento industrial devem vir antes da formação do projeto de investimento e do desenho definitivo da planta, de maneira a despertar a confiança e o sentimento de *ownership* (um misto de propriedade e responsabilidade compartilhada) entre os parceiros potenciais, reduzindo, significativamente, o risco de produzirem expectativas incontroláveis, além de minimizar a emergência de oportunismo.”(VINHA, 2001, p.227)

Callon et al (2009) sugere a implantação de fóruns de diálogo diante de “incertezas”, que define como situações em que não se pode antecipar as conseqüências das decisões a serem tomadas por não se ter conhecimento preciso suficiente. Assim, a interação entre as entidades é enigmática. Nas palavras do autor: “sabemos que não sabemos, mas isso é quase tudo que sabemos: não há melhor definição de incerteza” (p.9). A diferença de “incerteza” para “risco” é que o último significa um prejuízo social bem identificado, com probabilidade de ocorrer, e que possui uma série de eventos perfeitamente descritíveis. Os autores exemplificam as “incertezas” mencionadas citando as discussões acerca dos efeitos da energia nuclear,

¹⁴ As “redes” são entendidas como “a regular set of contacts or similar social connections among individual and groups” (GRANOVETTER, Swedberg, 1992 *apud* VINHA,2003).

da encefalopatia espongiforme bovina (“mal da vaca louca”) e dos organismos geneticamente modificados. Para os autores, cientistas e políticos não queriam - ou falharam em - ser entendidos pelos “cidadãos comuns”, considerado o diálogo com estes uma perda de tempo, subestimando sua capacidade de compreensão, crendo que os cidadãos deveriam estar sob constante guia. Propõem a organização de “fóruns híbridos”, espaços públicos abertos para debate de opções que envolvem o coletivo. “Híbridos” porque os grupos envolvidos são heterogêneos, e incluem especialistas, políticos, técnicos, e demais interessados, e porque as questões e problemas a serem apresentados abrangem em domínios variados.

Para Bohm (2005), não se deve ansiar por estabelecer um grupo de diálogo que permaneça igual ou que vigore para sempre, mas sim um que dure o bastante para produzir mudanças. A IFC – International Finance Corporation, por outro lado, sugere que o processo siga ininterruptamente.

A avaliação desta pesquisadora é que a proposta de “fóruns híbridos” (Callon et al, 2009) ininterruptos corresponde a uma proposta de diálogo permanente entre a empresa e a comunidade com potencial para alcançar os benefícios descritos no subitem 4.1.

4.6 Como praticar o diálogo entre empresa e comunidade?

Os estudos e iniciativas pesquisados na elaboração desta dissertação deixaram clara a existência de diferentes metodologias para a prática do diálogo. Na maioria dos casos lidos, recorreu-se inicialmente a contratação de uma empresa para elaboração de um diagnóstico sobre o local e a comunidade. Em seguida, em alguns casos, foram promovidos fóruns em espaços públicos, compostos por representantes das diversas instâncias sociais, com a presença de um mediador imparcial (Agenda 21 Local¹⁵). Em outros casos, foram feitas reuniões na sede da empresa, sem mediador (caso descrito no capítulo V). Dessa forma, este subitem é composto por uma revisão da literatura e pontos considerados importantes, do ponto de vista desta pesquisadora, ao se pensar a maneira adequada de conduzir o processo.

¹⁵ Segundo o Ministério do Meio Ambiente, a Agenda 21 Local é o processo de planejamento participativo de um determinado território que envolve a implantação de um fórum composto por governo e sociedade civil para construção de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável, que estrutura as prioridades locais por meio de projetos e ações de curto, médio e longo prazo. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>. Acesso em 18/09/2013.

Segundo Vinha (2001) o primeiro desafio para as empresas que desejam um sistema de gestão que considere suas partes interessadas é estabelecer um modelo organizacional compatível com este objetivo. As Nações Unidas, em publicação (UNEP, 1995), enfatizam a importância deste ponto, colocando que a atividade de engajamento das partes interessadas requer da equipe de profissionais da empresa determinadas competências internas que não se concentram necessariamente em especialistas em sustentabilidade, responsabilidade social ou engajamento. A sugestão é que a equipe envolva pessoas com funções diversas dentro da empresa, proporcionando uma visão multidisciplinar. Cita que pessoas que tenham história de vida similar àquela comunidade podem entender melhor questões culturais. Integridade, motivação, criatividade, experiência anterior nesta atividade, entendimento do contexto político e conhecimento sobre comunidade são também pontos relevantes na seleção da equipe.

A literatura indica que o formato do diálogo entre a empresa e a comunidade pode ser o de encontros, reuniões, mesas-redondas, consultas, audiências públicas, foros de discussão, participação em órgãos colegiados, órgãos de aconselhamento, comitês consultivos, fóruns na internet (GIFE/IBGC, 2009; OECD, 2011; ISO 26000, 2010), grupos de trabalho (ETHOS, 2012). O envolvimento com a comunidade pode ir além, incluindo sua participação no monitoramento de projetos de mitigação (IFC, 2007) e projetos sociais dos quais são beneficiários (ETHOS, 2012). Todo o desenho do processo de diálogo, incluindo produtos e formas de acompanhamento, devem ser de conhecimento de todas as partes envolvidas.

Ainda sobre o formato do encontro, Bohm (1989) sugere a disposição das pessoas em um círculo, pois, segundo o autor, este arranjo geométrico não favorece ninguém em particular e permite um processo direto de comunicação. Sobre este ponto, vale sublinhar que não se deve tratar somente de uma “disposição que coloque todos como iguais”, mas sim de uma postura verdadeira dos participantes em que todos reconheçam a igual importância da presença e das contribuições de cada um. É preciso uma postura aberta, sem subestimação e medo de participar. Faz-se pertinente as provocações de Freire (1981) a respeito:

“Como posso dialogar, se alieno a ignorância, isto é, se a vejo sempre no outro, nunca em mim? Como posso dialogar, se me admito como um homem ou mulher diferente, virtuoso por herança, diante dos outros, meros “isto”, em que não reconheço outros eu? Como posso

dialogar, se me sinto participante de um “gueto” de homens e mulheres puros, donos da verdade e do saber, para quem todos os que estão fora são “essa gente”, ou são “nativos inferiores”? Como posso dialogar, se me fecho à contribuição dos outros, que jamais reconheço, e até me sinto ofendido com ela?” (FREIRE,1981)

Bohm (1989) sugere que pode ser útil ter um facilitador no grupo para, ocasionalmente, indicar situações que estejam sinalizando pontos paralisantes. Essa função de facilitação deve ser realizada de forma a eliminar-se a si própria (BOHM, 1991). Para esta pesquisadora, a imparcialidade do facilitador é um ponto chave no processo, se não determinante. Questiona se haveria como ser imparcial sendo este mediador um funcionário do governo, da empresa, ou de uma organização-não governamental.

A IFC – International Finance Corporation sugere que o processo seja precedido pelo fornecimento de informações atualizadas, suficientes e de forma objetiva e compreensível, incluindo a questão da linguagem. O processo deve ser documentado, livre de interferência, permitir participação expressiva e de forma inclusiva, ou seja, contando com homens, mulheres, idosos, jovens, pessoas deslocadas e grupos vulneráveis. Caso seja preciso, por exemplo, em locais onde as mulheres se sentem intimidadas a falar abertamente, devem-se registrar opiniões de homens e mulheres por meio de fóruns separados (IFC, 2007).

A transparência no diálogo determina o estabelecimento de confiança. Conforme consta na ISO 26000 (2010), "O verdadeiro diálogo envolve independência e a divulgação transparente de qualquer suporte financeiro ou apoio similar" (p.19). Este item abrange responder publicamente a polêmicas e questionamentos que chegam à empresa, por exemplo, pelos canais de comunicação e de denúncia.

Os canais da empresa para receber queixas a seu respeito devem ser conhecidos pela comunidade e devem ser acessíveis. O envolvimento da comunidade na concepção do mecanismo pode ajudar a garantir que ele atenda suas necessidades, evitando obstáculos como, por exemplo, o custo de acesso, a linguagem e o receio de represália: “Mecanismos de queixa mal projetados ou implementados podem correr o risco de resultar em um sentimento de lamentação entre as partes interessadas afetadas, ampliando sua sensação de desautorização e desrespeito pelo processo.” (RUGGIE, 2011). Uma análise periódica da frequência, dos padrões e das causas das reclamações pode possibilitar a identificação de possíveis melhorias nas políticas,

procedimentos e práticas. Também é recomendada a divulgação de informações públicas referentes ao desempenho do mecanismo (RUGGIE, 2011).

É interessante que a empresa tenha uma política formal de relacionamento com a comunidade que inclua indicadores de monitoramento e que o código de conduta preveja a participação das principais partes interessadas em sua revisão (ETHOS, 2012). Esta política deve encontrar-se disponível internamente e externamente à empresa.

4.6 Quais os indicadores relacionados ao diálogo entre empresa e comunidade?

Foram encontradas dificuldades em descobrir exemplos de indicadores de monitoramento do relacionamento comunitário postos em prática. Supõe-se que as empresas não divulguem sua forma de medição, apenas os resultados; ou que o tratamento do tema relacionamento comunitário ainda não esteja sistematizado dentro das empresas. Foram considerados exemplos interessantes para ilustrar e aproximar a idéia da abordagem prática a classificação de “níveis de engajamento” da comunidade proposta pelo PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e os indicadores para avaliação da relação das empresas com comunidades da Ipieca - International Petroleum Industry Environmental Conservation Association. Sobre a última, o interesse decorre não só do fato de as empresas de óleo e gás estarem ocasionalmente envolvidas em conflitos com comunidades, mas pelo caso analisado nesta dissertação pertencer a este campo.

A Ipieca é uma associação de empresas do ramo de petróleo e gás, que tem por objetivo desenvolver, compartilhar e promover boas práticas e soluções voltadas para o meio ambiente e o desenvolvimento social. Afirma que fazem parte da “due diligence” (ver capítulo III) em direitos humanos a identificação e gestão de potenciais impactos na comunidade e relacionamento com a comunidade baseada no engajamento e no diálogo sobre o projeto e outras preocupações relevantes. A Ipieca tem como membros as maiores empresas do ramo no mundo: Petrobras, ExxonMobil, Statoil, Repsol, Chevron, Shell e British Petroleum.

A Ipieca (2012) sugere que seja feita consulta prévia às comunidades sobre o projeto a ser implantado, tendo esta sido subsidiada por informações anteriormente fornecidas a respeito do projeto e potenciais impactos. Declara em seu Guia de Investimento Social (2008) que o modo como a empresa se apresenta à comunidade

condicionará sua relação com esta nos anos futuros. Propõe uma série de indicadores para identificar três situações distintas: a empresa tem o apoio local; a empresa não tem apoio local; a comunidade se vê ameaçada pela empresa, mas ainda não está nem num ponto de apoiar nem do de opor-se.

Como indicadores de que há apoio, a Ipieca sugere verificar se há aumento da capacidade de organização da comunidade devido a presença da empresa; se há reconhecimento da comunidade de que a empresa está reunindo grupos opostos que de outra forma não se reuniriam; se as pessoas associam a melhoria em sua qualidade de vida com a presença da empresa; se as comunidades dizem ter acesso aos responsáveis pela empresa e que esta é sensível a suas preocupações; se há alto índice de presença nas reuniões que a empresa faz junto à comunidade.

Como indicadores de que a empresa não tem o apoio local, a Ipieca cita o aumento de tendências a delitos, roubo, assaltos, seqüestros e sabotagens. Mesmo sabendo os autores dos delitos, a comunidade não denuncia. A empresa é vista com um objeto e acusada pela comunidade de estar “roubando recursos”. Outros indicadores: greves, aumento de exigências da comunidade, tom hostil por parte desta e da imprensa.

Como indicadores de que a comunidade se vê “sob ameaça”, estão: os dirigentes da comunidade ou anciãos afirmam que não se sentem respeitados; grupos de pessoas aguardam nas proximidades da empresa esperando encontrar trabalho; há uma reação desproporcional da comunidade a um incidente da empresa; há indícios de que alguns indivíduos da comunidade, e não esta como um todo, tem se beneficiado da interação com a empresa; os mesmos problemas e conflitos se repetem.

A avaliação conclui que os indicadores que a Ipieca relacionou ao “apoio a empresa” apontam para o incremento do capital social da comunidade. Os indicadores que ela define como relacionados a uma comunidade que se sente “sob ameaça”, ou seja, insegura em relação a empresa, são interpretados nesta pesquisa como indicadores de alerta, que também indicam uma situação ruim, onde não há legitimidade, credibilidade ou confiança, requisitos enumerados por Boutilier e Thomson (2011) para a licença social (subitem 4.2).

O PNUMA estabeleceu oito níveis crescentes de engajamento da empresa em relação a comunidade, nesta ordem: mantém-se passiva; monitora; informa; negocia; consulta; envolve; colabora e empodera. Os quatro últimos conceitos são descritos no Quadro 2 para que se possa observar com clareza que a maioria das grandes empresas que operam empreendimentos no Brasil hoje se encontram, no máximo, no nível 5 - “consulta”, tendo ainda um longo caminho a percorrer, considerando esta proposta do PNUMA.

QUADRO 2 – Cinco maiores níveis de engajamento entre empresa e comunidade definidos pelo PNUMA

Nível	Objetivo	Comunicação	Natureza do Relacionamento	Estratégia de Engajamento
Consulta	Obtém informação e feedback dos stakeholders para informar decisões feitas internamente.	Limitada comunicação "de mão dupla": empresa pergunta e stakeholders respondem.	"Nós iremos mantê-los informados, ouvir suas preocupações, considerar seus critérios e repercuti-los nas nossas decisões"	Questionários. Grupos focais. Encontros um a um. Encontros públicos e workshops. Fórum permanente de stakeholders para aconselhamento. Feedback e discussões on-line.
Envolve	Trabalha diretamente com stakeholders para garantir que suas preocupações sejam completamente entendidas e consideradas na tomada de decisão.	Comunicação "de mão dupla", ou de muitas direções entre empresa e stakeholders. Aprendizado ocorre em ambos os lados. Ações acontecem separadamente.	"Nós iremos trabalhar com vocês para garantir que suas preocupações sejam entendidas, para desenvolvimento de propostas alternativas e iremos prover feedback sobre como a visão de stakeholders influenciou o processo de tomada de decisão"	Fóruns multi-stakeholders. Painéis de aconselhamento. Processos de construção de consenso. Processo participativo de tomada de decisão.

(Continuação)

QUADRO 2 – Cinco maiores níveis de engajamento entre empresa e comunidade definidos pelo PNUMA

Colabora	Partilha ou reúne-se com uma rede de stakeholders para desenvolver soluções em mútuo acordo e um plano de ação conjunto.	Comunicação "de mão dupla", ou de muitas direções entre empresa e stakeholders. Aprendizado, negociação e tomada de decisão ocorre em ambos os lados. Stakeholders agem de maneira unida em suas ações.	"Nós iremos recorrer a vocês para aconselhamento direto e participação na busca e implementação de soluções e transformações compartilhadas"	Projetos conjunto, iniciativas voluntárias de parceria entre duas partes ou multi-stakeholders.
Empodera	Delega a tomada de decisão sobre determinado tema a stakeholders.	Novas formas organizacionais de <i>accountability</i> ¹⁶ : stakeholders tem papel formal na governança de uma organização ou então decisões são delegadas a stakeholders.	"Nós implementaremos o que vocês decidirem"	Integração de stakeholders na estrutura de governança (exemplo: como membros, acionistas, em comitês particulares, entre outros)

Fonte: Adaptado de "The Stakeholder Engagement Manual", VI 2, UNEP - United Nations Environment Program, 2005, p.97.

4.7 Quais os principais desafios identificados na prática do diálogo entre empresa e comunidades?

A proposta não é abranger neste subitem todos os principais desafios relacionados ao tema, mas sim 4 (quatro) alertas mais relevantes do ponto de vista desta pesquisadora, com base no investigado e experienciado até o momento.

A primeira das principais preocupações é a falta de participação da comunidade nos espaços criados para o diálogo. Um dos motivos relatados nos casos a que se teve acesso é a falta de crença na proposta, ou como as próprias comunidades relatam, um "desgaste", um "cansaço". Suponho diversas razões para tal: o fato de hoje em dia as iniciativas de diálogo, quando existem, serem descoordenadas, fragmentadas, isoladas, promovidas por empresas e órgãos diversos concomitantemente; a falta de credibilidade no processo participativo em geral, em decorrência de uma História que

¹⁶ Apesar do termo não ter tradução consagrada, o interpreto neste trecho como "responsabilização".

não permitiu o avanço e a internalização da cultura democrática e de participação; existência local de coalizões de poderes que passam por cima dos interesses coletivos em favor de seus interesses particulares; impunidade em relação a injustiças e corrupção no local.

Para determinar as razões específicas da falta de participação em cada local, seria preciso investigar individualmente. É possível afirmar, contudo, que uma comunidade que nunca teve chance de dialogar não dará credibilidade ao processo de imediato. Como registrou Freire (1967):

“As sociedades a que se nega o diálogo – comunicação – e, em seu lugar, se lhes oferecem “comunicados”, resultantes de compulsão ou “doação”, se fazem preponderantemente “mudas”. O mutismo não é propriamente inexistência de resposta. É resposta a que falta teor marcadamente crítico.” (FREIRE, 1967, p. 69)

Mariotti (2002) afirma que a redução da capacidade de lidar com a palavra e, por conseguinte, conversar, é uma forma de reprimir quaisquer meios de que o indivíduo se oponha a massificação: “A primitivização de nossas mentes pela supressão da palavra (...) reduz-se na prática pelo estreitamento da nossa percepção de mundo” (p.3). Trata-se da “unidimensionalização da visão”, “fenômeno alienante” relacionado a predominância de um olhar que se dá somente segundo a cultura dominante (MARIOTTI, 2002).

O autor afirma que nossa cultura está atrelada ao modo de pensar binário, ou pensamento linear, o qual estreita e obscurece nossos horizontes mentais, e assim nos impede de perceber muitas das nuances da realidade. Trata-se de um padrão que entre muitas outras coisas privilegia o conhecimento tecnocientífico e deixa em segundo plano a vertente humanista do conhecer.

Assim, é preciso fazer um chamado ao diálogo. Respeitar o tempo de cada comunidade, e de cada grupo dentro da comunidade. Usar linguagem compreensível para todos. Caso o representante da empresa não seja capaz de se aproximar desta linguagem, buscar quem seja. Muitas vezes um grupo se omite de falar por não ter entendido o que o interlocutor falou e ter vergonha de se expressar ou mesmo por não se achar capaz. É preciso estar clara a importância de todos falarem e serem ouvidos.

Nenhum fórum de diálogo deve existir apenas como forma de legitimação de decisões já tomadas: fazer as pessoas falarem, para as silenciar mais efetivamente

(Callon et al, 2009). O espaço do diálogo não é para se constituir num espaço para as pessoas reagirem a propostas, mas sim para as construírem. Não é um espaço para surgir “ganhadores” e “perdedores”, mas soluções de co-autoria e execução compartilhada.

As inevitáveis pressuposições de um grupo acerca de outro(s) participante(s) do diálogo podem também dificultar a interação, conforme registraram Bohm (1991) e Buber (2009). Essas pressuposições podem estar relacionadas a seus investimentos pessoais num assunto ou atividade específica. Em situações assim, pode aparecer o receio de alguns em se expressarem por medo de prejudicar sua atividade profissional ou comprometer sua aceitação social frente a outros membros da comunidade. Segundo a literatura consultada, uma das alternativas, nestes casos, seria a abordagem transparente deste ponto na conversa do grupo, mas, na prática, isto parece extremamente delicado, pois de fato há posicionamentos que trazem conseqüências capazes de comprometer toda a trajetória do indivíduo, como os que colocam em risco sua segurança, por incomodar grupos que o oprimem de alguma forma. Esta é uma situação hipotética, mas que pode acontecer na vida real, em que a empresa não estará ali para dar proteção, já que não é seu papel. Esta é uma preocupação necessária dentro das realidades trabalhadas. Não se pode deixar iludir pela proposta do diálogo a ponto de soar hipócrita ou utópico.

Callon et al (2009) fazem uma interessante sugestão acerca do processo de diálogo poder proporcionar a redefinição de identidades a partir do momento em que os indivíduos tem a chance de conhecer de fato o outro: suas formas específicas de conhecimento, suas interpretações dos fatos e soluções sugeridas. Além disso, o processo de diálogo permite o surgimento de grupos que estavam distantes do espaço público anteriormente.

O segundo desafio é a prática do diálogo inspirar uma expectativa intensa por “cobrir um buraco institucional” histórico. Se a iniciativa tiver partido da empresa, esta pode acabar sendo vista como única responsável pelo solucionamento de demandas sociais que cabem a outras instâncias. Por isso é preciso que todos tenham clareza sobre o papel de cada instância e que estas estejam representadas. Uma explanação a respeito das responsabilidades e atividades do governo, empresa, órgãos paritários, ONGs e demais representações presentes é importante para nivelar

conhecimentos, assim como sobre o funcionamento do fórum de diálogo, finalidade, prazos e demais pontos relacionados.

O terceiro desafio é o que Bourdieu (1973, apud MINAYO, 2008) sintetiza com a provocação a seguir: “Em que sentido a fala de um é representativa da fala de muitos?”. E se o representante de um grupo, ou uma liderança comunitária, não está de fato comprometido com as questões que deveria estar? Uma das alternativas que vislumbro é que o convite à participação se estenda não só aos “líderes”, mas a todos, e que todos tenham igual oportunidade de exposição e o mesmo peso nas colocações. A respeito da mediação das práticas de diálogo, permaneço com a dúvida já mencionada sobre a possibilidade de haver de fato uma neutralidade sendo este mediador um funcionário do governo, da empresa, ou de uma organização-não governamental.

O quarto e mais difícil desafio é lidar com o fato de que há poderes diferentes envolvidos no diálogo entre empresas e comunidades. Por mais que a proposta seja promover um diálogo “de igual para igual”, a empresa está numa situação mais segura, pois é uma liderança em termos de poder econômico, e pode ser também em termos políticos, visto que sua presença em determinado lugar muitas vezes obedece a estes interesses. Quanto mais frágil o “tecido social” presente nesta comunidade e mais desrespeitados forem seus direitos básicos, menos a comunidade se questionará sobre os impactos e mais vulnerável estará a negociações que tragam benefícios a curto prazo.

Ilustrando a situação, quando uma comunidade que sofre por ter apenas um posto de saúde aprova sem ressalvas um projeto empresarial que impacta o meio ambiente e o turismo local mediante a construção pela empresa de um hospital bem equipado, até que ponto pode-se considerar que houve um consenso? Até que ponto se trata de “interesses comuns”? Até que ponto esta conversação é um diálogo e não uma “troca” movida pelo desejo de uma comunidade ter direitos básicos garantidos? Comunidade esta que vive sob o discurso de que o desenvolvimento, que encontra representação na figura da empresa, traz benefícios.

Estes são os principais desafios do diálogo entre empresas e comunidades, que evidenciam a importância do estudo e da disseminação desta prática, para o desvendar de novos caminhos na direção da participação e das decisões coletivas.

CAPÍTULO V O PROJETO ORDENAMENTO COSTEIRO DO ARQUIPÉLAGO DE SANT'ANNA

Considerando a importância de investigar a aplicação prática do que foi estudado, foi analisado o projeto *Ordenamento Costeiro do Arquipélago de Sant'anna*, uma iniciativa da Petrobras, da Marinha do Brasil e de pescadores do município de Macaé, no Rio de Janeiro, de 2008 a 2012.

A escolha por analisar este projeto se deu pela identificação de uma tensão existente entre a Petrobras e os pescadores artesanais, pelo interesse de utilização de uma mesma área marítima. Foi divulgado que a situação foi concluída por meio de um projeto que promoveu o diálogo, o que suscitou o interesse de estudar mais atentamente esta iniciativa, que obteve reconhecimento internamente na empresa e foi destacada como exemplo no Relatório de Sustentabilidade da Petrobras 2012.

As informações sobre a Petrobras e Macaé descritas neste capítulo estão disponíveis nas respectivas páginas na internet. As informações sobre o projeto provêm de um vídeo a respeito disponibilizado na intranet da empresa.

5.1 Sobre a empresa:

A Petrobras é uma empresa brasileira líder do setor petrolífero no país, fundada em 1953, definida como uma sociedade anônima de capital aberto. Foi considerada a maior empresa do Brasil em 2012, levando em conta o valor de vendas líquidas e lucro¹⁷, e a 20ª maior empresa de energia do mundo, considerando avaliação de ativos e valor de mercado¹⁸. As atividades envolvem exploração e produção de óleo e gás, refino, comercialização, transporte, petroquímica, e distribuição de derivados. Também produz gás natural, energia elétrica, gás-química e biocombustíveis. Ao final de 2012, possuía 85 mil empregados e 360 mil prestadores de serviço, e estava presente em 25 países da América, Europa, África e Ásia. Assume como missão "atuar de forma segura e rentável, com responsabilidade social e ambiental, nos mercados nacional e internacional, fornecendo produtos e serviços

¹⁷ Ranking da Revista Exame de "100 maiores empresas do Brasil", disponível em: <http://exame.abril.com.br/negocios/empresas/melhores-e-maiores/ranking/2012/>. Acesso em: 18/09/2013.

¹⁸ As 5 maiores empresas do Brasil, segundo a Forbes, disponível em: <http://exame.abril.com.br/videos/o-negocio-e-lista/as-5-maiores-empresas-do-brasil-segundo-a-forbes>. Acesso em: 18/09/2013.

adequados às necessidades dos clientes e contribuindo para o desenvolvimento do Brasil e dos países onde atua".

Com a descoberta de grandes reservatórios de petróleo em águas profundas e ultraprofundas do litoral brasileiro (no chamado "pré-sal", que se refere ao conjunto de rochas que pode chegar a mais de 7 mil metros de profundidade no oceano), a empresa passou a estar recorrentemente frente a diversas pressões políticas e sociais, inclusive pelo fato da atividade impactar fortemente a economia do país, o desenvolvimento da indústria, a inovação tecnológica, a criação de empregos e a geração de impostos, entre tantas outras conseqüências.

Com relação aos temas chave desta dissertação, o "desenvolvimento sustentável" consta entre os atributos relacionados à "visão 2020" da Petrobras e entre os valores da companhia, que abrangem também "ética", "transparência", "diversidade humana e cultural", "empreendedorismo", entre outros. A empresa possui Políticas de Responsabilidade Social, Segurança, Meio Ambiente, Saúde, Recursos Humanos e Comunicação. Possui Código de Ética e conta com representante dos empregados no seu Conselho de Administração.

Sobre a presença destes temas na Companhia, Balthazar (2011) descreve o histórico tomando como marco o episódio de derrame de 1.293m³ óleo na Baía de Guanabara pela Petrobras em 18/01/2000, que causou poluição hídrica, dano a unidades de conservação, perecimento de espécies e impacto nas praias (p.9). Segundo o autor, após este acidente foi implantado um novo paradigma dentro da empresa, que valorizou a segurança, meio ambiente e saúde e passou a incorporar estes temas transversalmente em todas as áreas e unidades da empresa (p.37):

"Essas práticas apontaram para uma maior interatividade da empresa com outros atores, para a busca de integração com comunidades impactadas, poder público e centros de pesquisa nos processos de gestão do risco, que reconfiguravam os padrões tradicionais de segmentação intramuros e extramuros (uma gestão de risco que envolvia empresa, fornecedores, terceirizados, poder público e comunidade), ou pelo menos indicavam uma visão ampliada sobre os impactos das suas operações e sobre os atores implicados, num movimento convergente com outras empresas do setor de petróleo e gás, com forte vinculação ao contexto geopolítico dos territórios onde atuam, por isso sujeitas a um maior controle social (...)" (BALTHAZAR, 2011, p.37)

Em relação à estrutura organizacional, em 2012, a Gerência de Responsabilidade Social, que até então fazia parte da Gerência de Comunicação Institucional, foi alçada à Gerência Executiva “para fortalecer a função, uniformizar a atuação e desenvolver mecanismos de controle da eficiência e eficácia dos projetos de responsabilidade social” (Relatório de Sustentabilidade da Petrobras 2012, p.16).

A Companhia declarou que, no ano, investiu cerca de R\$552 milhões em mais de 1,5 mil projetos sociais, ambientais, culturais e esportivos no Brasil e demais países de atuação. Os projetos são contemplados por meio de Seleções Públicas (concursos com editais e regulamentos publicados na internet) e possuem indicadores e metas de desempenho que são acompanhados pela empresa. Há um sistema informatizado para gerenciamento destes dados. A Petrobras mantém 1,8 mil empregados dedicados ao Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes), que tem por missão desenvolver “soluções tecnológicas, com visão de inovação e sustentabilidade”.

A Petrobras declara seguir os parâmetros da norma ISO 26000, que define comunidade como assentamentos sociais que tem proximidade física com instalações ou estão dentro de áreas de impacto. Sobre o relacionamento com comunidades, reconhece publicamente em seu Relatório de Sustentabilidade da Petrobras 2012 que suas atividades podem afetar a vida das comunidades no entorno dos empreendimentos e instalações, e que impactos negativos associados às operações são inerentes às atividades do setor de óleo e gás. Diante disso, investe em programas de diálogo com as comunidades do entorno, como o Programa Petrobras Agenda 21, que apóia a formação de fóruns locais multissetoriais.

O tema "Diálogo e Engajamento com Comunidades" está entre os dez mais relevantes para os públicos da empresa consultados na elaboração do teste de materialidade do Relatório de Sustentabilidade da Petrobras 2012, uma consulta às partes interessadas para identificação do que é relevante relatar de seu ponto de vista. No ano, foi instituída a Gerência de Relacionamento Comunitário, visando responder de forma corporativa a questão, que vinha sendo tratada de maneiras diferentes pelas diversas áreas da Companhia.

Vejo estas mudanças organizacionais como o reconhecimento pela alta direção da importância que o relacionamento com as comunidades alcançou para a empresa. Internamente, atende a demanda das diversas áreas e unidades da companhia em todo

o país que buscavam orientação sobre como proceder em relação à comunidade do entorno e reclamavam dos prejuízos que as diferentes respostas dadas às comunidades estavam causando ao relacionamento e à reputação da empresa. As “diferentes respostas” advêm do fato do ambiente interno da empresa ser complexo, composto por grupos com visões distintas a respeito do papel da companhia em responsabilidade social.

O projeto descrito neste capítulo é acompanhado pela Petrobras por meio de sua Unidade de Operações de Exploração e Produção da Bacia de Campos, com base em Macaé, no litoral norte do Rio de Janeiro.

5.2 Sobre a comunidade:

Macaé é um município de 1.217km² e 206 mil habitantes do Norte Fluminense (IBGE, 2010), a 180km da cidade do Rio de Janeiro. Faz parte da área em terra que compõem a Bacia de Campos, uma bacia sedimentar que se estende por cerca de 100 mil km², do litoral do estado do Espírito Santo ao norte do estado do Rio de Janeiro. Em 1974 foi descoberto o primeiro reservatório de petróleo na Bacia. À época, a pesca era a principal atividade econômica de Macaé. No entanto, nas últimas décadas, a indústria de petróleo e de bens e serviços voltados para esta atividade tem guiado a economia e atraído muitos migrantes em busca de oportunidades. Macaé está entre os municípios que recebem as maiores valores de royalties¹⁹ do país.

O projeto em questão se desenvolve junto à comunidade costeira e o grupo com o qual o projeto trabalha é o de pescadores artesanais. Estes são impactados pelas atividades da Petrobras, pois as plataformas e embarcações da empresa e de empresas por ela contratadas utilizam o mesmo espaço marinho que os pescadores. Segundo definição apresentada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), o(a) pescador(a) artesanal “exerce a pesca com fins comerciais, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parcerias, desembarcada ou com embarcações de pequeno porte. Para a maior

¹⁹ “Compensação financeira devida pelos concessionários, paga mensalmente, com relação a cada campo, a partir do mês em que ocorrer a respectiva data de início da produção, sendo distribuída entre estados, municípios, Comando da Marinha do Brasil, Ministério da Ciência e Tecnologia e um Fundo Especial, administrado pelo Ministério da Fazenda.” Definição disponível no glossário da ANP - Agência Nacional do Petróleo, no endereço eletrônico: www.anp.gov.br/glossario. Acesso em 23/09/2013.

parte deles o conhecimento é passado de pai para filho ou pelas pessoas mais velhas e experientes de suas comunidades.”

Segundo o MPA, os maiores desafios da pesca artesanal estão relacionados à sua participação em organizações sociais, ao alto grau de analfabetismo, baixa escolaridade, ao desconhecimento da legislação, e aos mecanismos de gestão compartilhada e participativa da pesca.

A Prefeitura de Macaé informa em sua página na internet que há cerca de 1,2 mil pescadores no município, totalizando cerca de 15 mil pessoas que vivem direta ou indiretamente da pesca. O peixe é vendido para o Rio de Janeiro e mais 12 estados, além de ser exportado. Há um histórico de conflitos e negociações entre a comunidade de pescadores de Macaé e as empresas voltadas para a indústria de petróleo na região.

O projeto em questão refere-se especificamente aos pescadores representados pela “Colônia dos Pescadores Z3 de Macaé” e o local exato em debate é o Arquipélago de Sant’Anna, que fica a 8 km da costa e é formado pelas Ilhas do Francês, Sant’Anna, Ilhote Sul e Ilha Ponta das Cavalas.

5.3 Sobre a tensão:

A tensão entre os pescadores artesanais, a Petrobras e a Marinha relaciona-se com o uso compartilhado do espaço marítimo. Os primeiros utilizam a área como base de sua atividade econômica enquanto que a Petrobras utiliza a área para prospecção de petróleo e para circulação de embarcações. Segundo o Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (s.d.), órgão responsável pelo licenciamento ambiental em nível federal, "dentre os grupos sociais afetados pelos empreendimentos marítimos de exploração de petróleo, os pescadores artesanais são aqueles de maior vulnerabilidade”. Isso porque "a pesca artesanal, por apresentar padrões definidos de territorialidade e utilizar embarcações e pequeno porte, possui maior dificuldade em re-orientar suas pescarias para outras áreas riscos de colisão e danos a petrechos de pesca”. (Id.) Também não é raro os pescadores terem uma percepção distinta da de técnicos a respeito dos impactos da atividade de petróleo na biota marinha, o que alimenta o conflito.

Em 2012, foi lançada uma Campanha pelo Território Pesqueiro, que pretende gerar uma lei de iniciativa popular para regularização do território das comunidades

tradicionais pesqueiras. O Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) visa construir instrumentos legais que garantam a permanência das comunidades em seus territórios, como forma de preservação e reprodução da diversidade cultural, ambiental e social. Declaram repudiar “o modelo de desenvolvimento baseado no lucro a qualquer custo e na produção de bens para exportação à custa de nossos ricos ecossistemas.” Afirmam que se trata de “um modelo destrutivo: degrada o meio ambiente, polui as águas e o solo, contamina lençóis freáticos. É responsável pela expulsão das comunidades tradicionais de seus territórios”.²⁰

A técnica empregada para localizar e calcular o valor econômico de jazidas de petróleo é a “prospecção”. É feita por meio da “pesquisa sísmica”, método para obtenção de informações geológicas através da captação de sinais sonoros refletidos nas camadas subterrâneas. Na prospecção, é interdito o acesso à determinada área temporariamente. Na perfuração, há restrição efetiva de acesso a uma área. Os pescadores podem chegar a, no máximo, 500 (quinhentos) metros da plataforma.

Sobre o impacto na fauna, o Ibama aponta que é difícil generalizar a forma como acontece, pois varia de acordo com as espécies do local, fase da vida e comportamento desenvolvido. Porém, aponta que pode acontecer evasão de espécies e cessação do alimento dos animais. Outros impactos que a atividade gera decorrem do descarte de efluentes e alteração que a plataforma gera na luminosidade. Em síntese, “na medida em que afetam o meio ambiente, podem afetar a atividade pesqueira” (IBAMA, s.d.).

O licenciamento ambiental para este tipo de atividade pode exigir como medida compensatória a realização pela empresa de três projetos: “Projeto de Comunicação Social”, “Projeto de Monitoramento do Desembarque Pesqueiro” e “Plano de Compensação da Atividade Pesqueira”. O Ibama afirma exigir a utilização de metodologias participativas, para que os projetos estejam relacionados aos principais problemas arrolados à pesca. A proposta visa tanto o compartilhamento de poder como a co-responsabilidade na implementação e manutenção dos projetos. Consta que tem como diretriz trazer benefícios para todos os pescadores da área

²⁰ Informações disponíveis no site da Campanha pelo Território Pesqueiro, disponível no endereço eletrônico: <http://peloterritoriopesqueiro.blogspot.com.br/>. Acesso em 23/09/2013.

afetada, não somente aos organizados em Colônias ou Associações, garantindo um processo consoante com o princípio de livre associativismo.

5.4 Sobre o projeto:

O projeto “Ordenamento Costeiro do Arquipélago de Sant’Anna” integra o “Programa Petrobras Mosaico”, que a Petrobras mantém desde 2004 como um canal de comunicação com a comunidade pesqueira. O Programa inclui ações como capacitação e apoio a regularização profissional. No Arquipélago de Sant’Anna, ocorre a sobreposição de áreas de pesca de arrasto de camarão com o fundeio de embarcações de apoio marítimo e plataformas de petróleo. A movimentação de barcos prejudicava a dinâmica da pesca, assim como também a determinação de que as embarcações deviam manter 500 metros de distância das plataformas a fim de evitar riscos. Esta regra acabava não sendo seguida.

A iniciativa consistiu em reuniões com técnicos da Petrobras, pescadores e representantes das empresas proprietárias de embarcações que prestam serviço para a Petrobras com o objetivo de organizar a utilização do espaço marinho, para o convívio harmonioso entre as atividades econômicas da pesca e de exploração de petróleo. O objetivo foi a promoção de um processo participativo para elaboração de uma Proposta Técnica Integrada contemplando as necessidades operacionais das duas atividades.

O trabalho contou com a participação de mais de 20 pescadores. Com os pescadores foi feito o desenho da área com base no mapa mental que eles tinham da região. Os pescadores indicaram no mapa as áreas em que pescam e, em seguida, o grupo foi para o mar com um aparelho de GPS identificando tecnicamente as áreas indicadas. Chegou-se a dois pontos de sobreposição, a boca do rio Macaé e próximo a Ilha de Sant’Anna. Com base nesse diagnóstico, foram feitas três sugestões de mudança que envolveram uma nova delimitação de uma área de fundeio, a ampliação de outra e a redução de uma terceira para receber apenas uma plataforma por vez.

O vídeo sobre a iniciativa apresenta a seguinte afirmação de um pescador da Colônia Z3: “o melhor é que vamos ter um documento na mão para exercer a nossa atividade com segurança.” Em outro depoimento apresentado no vídeo, outro pescador da Colônia afirmou: “nós nos sentimos valorizados porque a gente tava como uma classe esquecida” (sic). Outro pescador disse: “a gente tá desenvolvendo

um trabalho que tá garantindo o futuro da pesca na nossa costa” (sic). Outro pescador afirmou que o espaço fica mais organizado e com mais segurança.

A proposta foi protocolizada na Delegacia da Capitania dos Portos de Macaé e despachada pela Marinha do Brasil à Diretoria de Hidrografia e Navegação, com a finalidade de servir para atualizar a Carta Náutica 1507, que se refere à navegação na Enseada de Macaé e Proximidades, e data de 1975, sendo a última correção de 2006. As Cartas Náuticas são documentos cartográficos que resultam de levantamentos de áreas oceânicas, mares, baías, rios, canais, lagos, lagoas, ou qualquer outra massa d’água navegável e que se destinam a servir de base à navegação.

A iniciativa vai ao encontro do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, que estabelece o processo de gestão de forma integrada, descentralizada e participativa das atividades socioeconômicas da Zona Costeira de modo a contribuir para elevar a qualidade de vida da população.

5.5 Análise do caso:

A análise do caso permite observar que a iniciativa está coerente com o posicionamento que a empresa assume publicamente em relação a responsabilidade social empresarial. Alguns pontos podem ser destacados para reflexão sobre a prática do diálogo e como oportunidades de melhoria.

Um deles diz respeito ao reconhecimento dos pescadores artesanais como grupo impactado. Ao reconhecê-los, a empresa ratifica na prática a declaração de que suas atividades podem afetar comunidades e trazer consequências negativas. A respeito da concepção de “comunidade impactada”, uma ressalva pode ser feita. Para a empresa, a comunidade impactada é definida pela proximidade física com as instalações ou áreas de impacto, conforme a norma ISO26000. Contudo fica em aberto o que poderia ser considerado “proximidade”. Do ponto de vista desta pesquisadora, a ênfase na proximidade física deixa de lado questões importantes, como, por exemplo, o aspecto cultural: certo modo de viver de uma comunidade pode ser modificado pela empresa sem que haja a proximidade física.

É comum também que as comunidades sejam chamadas de “comunidades do entorno”. Esta expressão traz embutida a ideia de centralidade da empresa, de desvalorização da pré-existência desta comunidade no local. É possível ainda ler na

expressão a ideia de condicionamento do desenvolvimento da comunidade, mesmo que parcialmente, aos interesses da empresa. Supõe que novos sentidos são postos a esta comunidade a partir da presença empresa.

O fato de não ter acompanhado pessoalmente as reuniões de diálogo impõem limites em termos de profundidade à avaliação realizada, assim como o fato dos relatos terem sido colhidos por uma empresa de comunicação contratada pela Petrobras. É possível que isto comprometa a neutralidade das falas. Se houverem pescadores que tenham alguma ressalva à iniciativa, talvez tenham se sentido constrangidos e não tenham se manifestado. Isto não impossibilita, contudo, a reflexão sobre a proposta do projeto e o levantamento de hipóteses dentro do tema, tendo como base a problematização descrita na metodologia e os conceitos e noções postos em pauta.

O mérito da iniciativa é ter reunido as três partes interessadas no uso da área marítima (pescadores, Petrobras e Marinha) com a finalidade de fazer uma proposição que altera formalmente uma regra estabelecida - a Carta Náutica - que permitia a uma das partes - a empresa - ter uma vantagem sobre a outra - os pescadores. Ou seja, além da diferença de poderes pré-existente, pelo fato da atividade da empresa ter apoio político devido a interesse destes no incremento proporcionado à economia, havia ainda um resguardo legal que a fortalecia. A empresa estava, assim, em posição beneficiada.

Um olhar é lançado também sobre a motivação de cada uma das partes para o uso da área, na tentativa de avaliar os pesos. Para os pescadores, a área faz parte de seu meio de vida, de sustento, de sobrevivência. Faz parte ainda de uma tradição: há quanto anos, naquele período, se juntam todos os pescadores para a pesca do camarão. Para a empresa, o uso da área não implica em sua sobrevivência, mas contribui para o aumento de sua eficiência, ao proporcionar facilidades à execução de sua atividade. O aumento de sua eficiência fortalece a economia do município. O município recebe os royalties do petróleo, que deveriam ser revertidos para melhoria da qualidade de vida da população. Em relação ao interesse da área para a Marinha, acredito que estes trechos de sua missão e visão institucional já respondam: “atuar no mar e em águas interior” para “contribuir para a salvaguarda dos interesses nacionais”.

A descrição das motivações para cada uma das partes permite verificar que a gravidade da exclusão do uso da área pelos pescadores os prejudica sobremaneira, financeiramente e alterando sua cultura. Pode impactar ainda o comércio de pescado na região, causando alterações. Para julgar a dimensão do impacto para a empresa, seria necessário ter informações técnicas. A questão que se pode colocar neste momento, usando os termos utilizados pela Marinha, seria: quais os interesses nacionais a serem salvaguardados nesta situação?

Se a solução resultante da prática do diálogo foi justa, não cabe aqui definir, cumpre-nos apontar que a iniciativa fez com que, tanto empresa quanto pescadores, abrissem mão de uma parte de seus interesses, promoveu a participação numa decisão fundamental que impactava a comunidade, e por esta razão pode ser vista como uma referência. Além disto, a iniciativa corresponde a um dos temas identificados como mais relevantes na consulta feita às partes interessadas para identificação do que lhes interessa ler no Relatório de Sustentabilidade. O atendimento a esta expectativa também deve ser sublinhado.

No caso da replicação desta prática, um ponto instigante seria a verificação da pertinência de outros grupos e indivíduos participarem deste diálogo, não somente os três principais envolvidos. Com base no estudo realizado, é provável que isso qualificasse o diálogo ou inspirasse a organização social em geral e a participação. Vejo a participação de universidades nos espaços de diálogo como uma oportunidade muito grande que não vem sendo devidamente explorada.

Uma última reflexão acerca do projeto diz respeito a relação do contexto do caso relatado com a descrição que Herculano (2012) faz da ambivalência das identidades. Segundo a autora, a Petrobras pode ser vista como um “orgulho nacional” por ser fruto de movimento político popular nos anos 50, mas também como vilã pelos impactos de sua atividade. A empresa, por sua vez, pode ver os pescadores sob três óticas: testemunhas de um erro da empresa (como, por exemplo, derramamento de óleo), infratores de regras (como a que determina a distância mínima de aproximação dos barcos em relação às plataformas), e como parceiros em projetos sociais e ambientais.

Esta diversidade se reflete no discurso da “grande mídia”, que divulga notícias de viés antagônico num mesmo período de tempo. Uma rápida pesquisa na internet

de notícias veiculadas no primeiro semestre de 2013 envolvendo Petrobras e pescadores permitiu visualizar variados posicionamentos. A título de ilustração, destaquei 5 (cinco) leituras diferentes feitas da empresa a partir destas notícias, com fundamento no estudo do campo da análise do discurso.

Numa notícia que relata a condenação da empresa ao pagamento de indenização a pescadores em virtude de vazamento de óleo, a empresa é lida como “ré”²¹. Em outra notícia que apresenta uma denúncia de um pescador a respeito do descarte indevido de resíduos, a empresa é lida como “criminosa”²². Num terceiro caso, há o embate de argumentos entre pescadores e técnicos a respeito de haver ou não impacto causado pela empresa, ou seja, imagina-se que uma das partes é “mentirosa”²³. Num quarto caso, a notícia apresenta os pescadores como “satisfeitos” por terem sido “compensados financeiramente” devido ao impacto, ou seja, a empresa pode ser interpretada como “justa”²⁴. Por último, a empresa e os pescadores aparecem como satisfeitos por conta de um projeto desenvolvido pela empresa, ou seja, à atuação da empresa se atribui uma visão positiva²⁵. Suponho que estas diversas abordagens num mesmo momento, que não deixam de ser reflexo de fatos que não questiono, causem confusão na imagem que a sociedade tem da empresa, interferindo em sua postura frente às propostas de diálogo.

²¹ BORBA, J; COSTA, B. Petrobras é condenada a pagar mais de R\$ 40 mi a pescadores na Bahia, *Folha de São Paulo*, 13/3/2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1245523-petrobras-e-condenada-a-pagar-mais-de-r-40-mi-a-pescadores-na-bahia.shtml>. Acesso em: 24/08/2013.

²² ALENCAR, E. Pesca em Niterói sofre com despejo de material de dragagem, *O Globo*, 30/6/2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/pesca-em-niteroi-sofre-com-despejo-de-material-de-dragagem-8859214>. Acesso em: 24/08/2013.

²³ Pescadores de São Sebastião alegam queda de 70% na pesca de camarões, *GI*, 3/6/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2013/06/pescadores-de-sao-sebastiao-alegam-queda-de-70-na-pesca-de-camaroes.html>. Acesso em: 24/08/2013.

²⁴ BORDALO, A. Defeso: 500 pescadores ganharão três salários mínimos, *Prefeitura de Macaé > Notícias*, 07/05/2013. Disponível em:

<http://www.macaee.rj.gov.br/noticias/leitura/titulo/noticias/leitura/noticia/atividades-culturais-e-esportivas-agitam-sana-reggae-festival/destaque/noticia/defeso-500-pescadores-ganharao-tres-salarios-minimos>. Acesso em: 24/08/2013.

²⁵ MARINHO, A. Recifes artificiais devolvem vida a espécies marinhas, *O Dia*, 3/3/2013. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/porta/cienciasaude/vidaemeioambiente/recifes-artificiais-devolvem-vida-a-esp%C3%A9cies-marinhas-1.556087>. Acesso em: 24/08/2013.

VI CONCLUSÃO

A prática do diálogo entre empresas e comunidades faz parte da atuação da empresa dentro do campo da responsabilidade social empresarial. Este campo ganhou importância por dar respostas a demandas da sociedade brasileira por ética e transparência nos negócios das empresas, e por compôr uma estratégia empresarial baseada em interesses mercadológicos que incluem a valorização da marca e a manutenção de uma boa reputação. O diálogo entre empresas e comunidades integra, assim, uma agenda de ações que favorecem a empresa na execução de sua atividade-fim.

As demandas sociais mencionadas fazem parte do contexto atual no Brasil, no qual se discutem, em diversos espaços (acadêmico, governamental, empresarial, científico) práticas voltadas para a promoção do equilíbrio ambiental, justiça social e sustentabilidade econômica, premissas de um sistema alternativo a que se vem atribuindo os nomes “desenvolvimento sustentável” e “economia verde”, dentre outros. Raramente as propostas questionam a lógica capitalista e seus padrões de reprodução de desigualdades e exclusão social. Este trabalho buscou questionar alguns destes paradigmas, com a intenção de trazer para a pauta a necessidade de uma transição para um modelo que garanta efetivamente o respeito aos direitos humanos.

Sobre a noção de responsabilidade social empresarial, esta mudou ao longo das últimas décadas, havendo uma predominância, atualmente, da definição da Norma Internacional ISO26000 – Diretrizes para Responsabilidade Social (2010), que a descreve como “a responsabilidade de uma organização pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente”. Esta definição tangencia a discussão acerca do papel da firma, que permeia desde idéias como “a maximização dos lucros, obedecendo aos limites das leis” a outras como que “as empresas devem pensar sua forma de gerar valor econômico de forma a criar também valor para a sociedade, com o enfrentamento de suas necessidades e desafios”. Neste cenário, a chamada “due diligence em direitos humanos” é destaque, indagando, por exemplo, a respeito da co-responsabilidade da empresa por injustiças sociais causadas por seus fornecedores.

A prática do diálogo entre empresas e comunidades impactadas é motivada por exigência legal (licenciamento ambiental) ou apresenta-se como uma resposta

(“reação”), diante de uma possível, ou concreta, situação de crise. Este trabalho recomenda que a prática deixe de ser uma ação reativa da empresa para ser uma ação proativa, por oportunizar a geração de projetos empresariais de maior qualidade, a partir de sua construção com participação social, e por refletir os princípios democráticos, fortalecendo a organização social, proporcionando o aprendizado coletivo, o planejamento compartilhado, a tomada de decisão conjunta.

O diálogo entre empresas e comunidades enfrenta grandes desafios na prática, sendo o maior deles a assimetria de poderes entre as partes. A primeira detém maior poder econômico, apoio político e está organizada. Diante de uma comunidade que não tem seus direitos básicos garantidos e que apresenta um “tecido social” frágil (pouca organização social), corre-se o risco dos frutos deste diálogo resumirem-se à solicitação pela comunidade de ações imediatistas à empresa que tragam melhorias fundamentais na qualidade de vida.

Outras questões descritas neste trabalho importantes de serem consideradas em relação à prática são: a insuficiência do mecanismo de audiência pública nos licenciamentos ambientais, a falta de orientação clara a respeito nos referenciais nacionais e internacionais analisados, o fato da maioria das empresas dialogar por meio de ações pontuais e não ter ainda uma estrutura organizacional específica para tratar do assunto, a incipiente formulação de indicadores para o tema, a histórica falta de espaços públicos para debate e de participação social no Brasil, que resulta na atribuição de pouca credibilidade ao processo, entre outros fatores.

Assim, para a efetiva regulação civil das atividades das empresas, são necessárias medidas que vão além do seu raio de atuação, dizendo respeito também à função do Estado e das organizações não-governamentais. Conclui-se que o diálogo entre a empresa e a comunidade impactada por um empreendimento é só um ponto dentro de uma visão mais ampla de gestão democrática da coisa pública, que tem entre seus instrumentos os espaços legítimos de participação social existentes, como por exemplo, órgãos colegiados, debates, audiências, consultas públicas, conferências e projetos de lei de iniciativa popular²⁶.

²⁶ Estatuto da Cidade - Lei nº10.257, de 10/07/2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 23/09/2013.

A prática do diálogo entre empresas e comunidades traz como consequência a qualificação da participação nestes espaços e pode suscitar outros fóruns para a deliberação sobre a gestão da coisa pública e definição de políticas públicas.²⁷ Confirma-se, assim, a hipótese central deste trabalho.

Dado o peso que possuem os aspectos legais, é pertinente registrar nesta conclusão, ainda que sem aprofundamento no tópico, a percepção de que alguns pontos da legislação estudada precisam passar por uma revisão. Um deles define que o Plano Diretor de uma cidade, documento que estabelece diretrizes para sua ocupação, poder ser uma medida de compensação exigida de empreendimentos com significativo impacto ambiental de âmbito regional e nacional. Acredito que o Plano Diretor deve anteceder o debate sobre o empreendimento, e ser uma iniciativa com participação de todas as partes interessadas, dentre elas, a empresa. Ao exigir que a empresa financie o projeto, ou aporte recursos técnicos, há a possibilidade do vínculo entre a empresa e a iniciativa ser visto de forma distorcida.

Um segundo ponto diz respeito a importância de que as pessoas tenham informações completas acerca dos empreendimentos empresariais. Além de questões como a linguagem usada nas audiências públicas, sobre a qual se discorreu no capítulo anterior, destaca-se ainda como ponto de melhoria a obrigatoriedade do órgão licenciador prover fácil acesso aos encaminhamentos registrados na(s) ata(s) da(s) audiência(s) pública(s), logo após sua realização. A exigência existe para casos de exploração e produção de petróleo e gás natural²⁸, mas pesquisa na internet não permitiu encontrar esta documentação, o que me leva a concluir que seu cumprimento precisa ser aperfeiçoado e ampliado de forma a abranger outras atividades.

Enxergar a problematização presente na prática do diálogo entre a empresa e a comunidade por detrás das lentes mantidas por trabalhar no campo da responsabilidade social empresarial foi uma grande riqueza que este trabalho agregou

²⁷ Este movimento parece ir ao encontro de iniciativas que vem sendo promovidas pelo governo brasileiro para formação do Sistema Nacional de Participação Social, um sistema público para a gestão intersetorial e a articulação das políticas de participação social. O Sistema atuará na formulação, planejamento e implementação de políticas, programas e planos de ação do governo, bem como no acompanhamento, monitoramento e avaliação da participação social no Brasil. (Secretaria Geral da Presidência da República, 2012. Disponível em: http://edemocracia.camara.gov.br/web/acoes-ogp/forum-2/-/message_boards/message/1229342. Acesso em: 08/09/2013)

²⁸ Portaria nº 422, de 26 de outubro de 2011, Art. 21, Cap VI, item VI. Disponível em: <http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/legislacao/legislacao-docs/licenciamento/portaria-422-de-26-de-outubro-de-2011>. Acesso em: 23/09/2013.

a minha formação enquanto pesquisadora, profissional e cidadã. O exercício do pensamento crítico e da análise do discurso suscitados pela literatura consultada, a partir da indicação do professor orientador, foram de primordial importância.

Nas atividades profissionais desenvolvidas, este estudo proporcionou o aprimoramento das propostas de relacionamento entre a empresa em que trabalho e comunidades. Apurou o olhar para uma avaliação mais rica das situações e iniciativas postas em prática neste âmbito. Há um amplo caminho a se percorrer neste campo para todas as empresas, tendo em vista que pouco foi estruturado e sistematizado a respeito do tema.

Apesar de ter permitido enxergar mais desafios neste processo, o estudo reforçou a convicção inicial acerca da relevância da prática de diálogo entre empresas e comunidades. Acredito que este seja um caminho que traz como frutos mais do que se propõem. Propõem ser uma estratégia da empresa para aumentar a eficiência de sua atividade e resguardar sua reputação, mas traz como consequência para a comunidade a oportunidade de se reconhecer, organizar, formar redes de colaboração, ainda que em situação de vulnerabilidade.

A situação de vulnerabilidade exige a conscientização a respeito dos direitos básicos e políticas públicas voltadas para a sua garantia. Entendo que esta tarefa envolve o Estado, empresa(s), organizações não-governamentais, e escolas e universidades, que podem exercer um papel fundamental em relação ao controle social e ao incentivo à cultura da participação. Nesta missão, como bem descreve Moretti (1999, p.60, apud PERUZZO, 2002, p.4): “além de dedicar-se a ensinar os saberes científicos e habilitar pessoas para a vida profissional, deve ter um objetivo maior, o de preparar as pessoas para o exercício de seus direitos.” Por meio da ampliação da cidadania através da participação espero ser possível traçar caminhos de modo mais consciente e que reflitam a necessidade e o desejo da maioria da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, Jorge. Afinal, empresa sustentável dá lucro? *Instituto Ethos*, 13/03/2013. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/cedoc/afinal-empresa-sustentavel-da-lucro/> . Acesso em: 08/04/2013

ANDREWS, Kenneth R. O Conceito de Estratégia Corporativa. In: MINTZBERG, H.; QUINN, J.B. (Orgs.) *O processo da estratégia*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ALTVATER, E. *O Fim do Capitalismo como o Conhecemos*. Capítulos V e VIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ARROYO, João Cláudio Tupinambá. *Revista Katalysis*, Florianópolis, v.11, n1, p73-83, jan/jun. 2008.

ARRUDA, Marcos. Desenvolvimento Integral: sentido profundo da economia e da vida. In: ABONG – *Organização em Defesa dos Direitos e Bens Comuns. Por um Outro Desenvolvimento*. São Paulo, junho de 2012. Disponível em: <http://abong.org.br/publicacoes.php>. Acesso em: 08/04/2013.

ASHLEY, Patrícia de A. *Ética e Responsabilidade Social nos Negócios*. 2ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2005.

BALTHAZAR, Paulo Augusto André. *Risco e Controle do Território dos Dutos: A Petrobras, os mediadores e a horticultura familiar*. 2011. 184f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2011.

BANERJEE, Subhabrata B. Contesting Corporate Citizenship, Sustainability and Stakeholder Theory: Holy Trinity or Praxis of Evil? In: ACADEMY OF MANAGEMENT CONFERENCE, Denver, Agosto 9 a 13, 2002.

BOHM, David. *Diálogo: comunicação e redes de convivência*. São Paulo: Palas Athena, 2005.

BOHM, David; FACTOR, Donals; GARRETT, Peter. *Dialogue - A Proposal*. 1991. Disponível em: http://www.david-bohm.net/dialogue/dialogue_proposal.html. Acesso em: 08/04/2013.

BOHM, David. *O Diálogo*. 1989. Disponível em: http://dialogossociais.files.wordpress.com/2012/03/o-dialogo_david-bohm.pdf. Acesso em: 08/04/2013.

BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: _____. *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOUTILIER, R. G.; THOMSON, I. *Modelling and Measuring the Social Licence to Operate: Fruits of a Dialogue between Theory and Practice*. 2011. Disponível em: [http://sociallicense.com/publications/Modelling and Measuring the SLO.pdf](http://sociallicense.com/publications/Modelling_and_Measuring_the_SLO.pdf). Acesso em: 08/04/2013.

BRASIL. *Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm. Acesso em: 06/06/2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro*. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/orla/_arquivos/pngc2.pdf. Acesso em: 06/06/2013.

BRASIL. IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. *A Interferência das Atividades Marítimas de Exploração de Petróleo e Gás na Pesca Artesanal: Exigências do Licenciamento Ambiental*. Coordenação Geral de Petróleo e Gás. CGPEG/DILIC/IBAMA. Sem data. Disponível em: http://www.brasil-rounds.gov.br/round9/round9/guias_R9/perfuracao_R9/pesca.htm. Acesso em: 01/07/2013

BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: dialogismo e construção de sentido*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1997.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. 3ª edição. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012.

BRUNDTLAND, G.H. et al (1987). *Nosso Futuro Comum*. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nova York: ONU.

BUBER, Martin. *Do Diálogo e do Dialógico*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

CAMPANHA PELO TERRITÓRIO PESQUEIRO. Disponível em: <http://www.peloterritoriopesqueiro.blogspot.com.br/>. Acesso em: 06/06/2013.

CASANOVA, Pablo González. *As Novas Ciências e as Humanidades – da academia à política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006

CALLON, M.; LASCOUMES, P.; BARTHE, Y. *Acting in an Uncertain World – An Essay on Technical Democracy*. *The Mit Press*. Cambridge, Massachusetts. London, England. 2009.

CAPRA, Fritjof. *As Conexões Ocultas – Ciência para uma Vida Sustentável*. São Paulo: Cultrix, 2005.

CHANDLER, Alfred D. What is a firm? A historical perspective. *European Economic Review*, 36, 1992, 483-994, North Holland.

CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL. Disponível em: <http://www.consocial.cgu.gov.br>. Acesso em: 06/06/2013.

DIRETORIA DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO. Disponível em: <http://www.dhn.mar.mil.br/>. Acesso em: 06/06/2013.

ELKINGTON, John. *Canibais com Garfo e Faca*. São Paulo: Makron Books, 2001.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a Análise do Discurso em Educação. *Cadernos de Pesquisa*, n.114, p. 197-223, Novembro, 2001.

- FREEMAN, R.E. *Strategic Management: a stakeholder approach*. Boston: Pitman, 1984.
- FREIRE, Paulo. *Educação como Prática da Liberdade*. Ed Paz e Terra Ltda. Rio de Janeiro, 1967.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- GRANOVETTER, Mark. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. *State University of New York at Stony Brook*. Vol.91, N.3, Nov. 1985.
- GIFE - Grupo de Institutos Fundações e Empresas, IBCG - Instituto Brasileiro e Governança Corporativa. *Guia das Melhores Práticas de Governança para Fundações e Institutos Empresarias*. São Paulo, SP: IBCG, 2009. Disponível em: http://www.gife.org.br/arquivos/publicacoes/17/2009_Guia_de_Governan%C3%A7a.pdf. Acesso em: 06/06/2013.
- GRI - Global Reporting Initiative. **Sustainability Reporting Guidelines 2012 v.3.1** Disponível em: <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/G3.1-Guidelines-Incl-Technical-Protocol.pdf>. Acesso em: 06/06/2013.
- HART, Stuart. *O Capitalismo na Encruzilhada*. Porto Alegre, Bookman, 2006.
- HENRIQUES, Márcio Simeone. A cidadania como possibilidade. *Diversa - Revista da UFMG*. Ano 3, n.8, out, 2005.
- HENRIQUES, Marcio Simeone. Comunicação, comunidades e os desafios da mobilização social. In: XXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO. *Anais*. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/110500648619188691648262921728209604489.pdf>. Acesso em: 01/07/2013.
- HENRIQUES, Marcio Simeone. Mobilização e Responsabilidade Social das empresas: algumas considerações sobre os desafios políticos às organizações contemporâneas. In: VI CONGRESSO SOPCOM. *Anais*. Lisboa - Portugal, 2009. Disponível em: http://conferencias.ulsofona.pt/index.php/sopcom_iberico/sopcom_iberico09/paper/view/381. Acesso em: 14/04/2013.
- HERCULANO, Selene. Pesca e Petróleo no Litoral Fluminense. Grupo de Pesquisa e Geoecologia e Planejamento Territorial. Universidade Federal de Sergipe - UFS. In: SEMINÁRIO GEOPLAN. *Anais*. Aracaju, 2012. Disponível em: http://www.professores.uff.br/seleneherculano/images/stories/PESCA_E_PETRLEO_NO_LITORAL_FLUMINENSE.pdf. Acesso em: 01/07/2013.
- INSTITUTO ETHOS. *Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial*. São Paulo: Instituto Ethos, 2012. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/conteudo/iniciativas/indicadores/indicadores-ethos-de-2a-geracao/>. Acesso em: 06/06/2013.

IFC - International Finance Corporation. *Stakeholder Engagement - A Good Practice Handbook for Companies Doing Business in Emerging Markets*. Washington, USA. May, 2007. Disponível em: http://www1.ifc.org/wps/wcm/connect/topics_ext_content/ifc_external_corporate_site/ifc+sustainability/publications/publications_handbook_stakeholderengagement_wci__1319577185063. Acesso em: 06/06/2013.

IFC - International Finance Corporation. *Padrão de Desempenho 1 - Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais*. 1º de janeiro de 2012. Disponível em: http://www1.ifc.org/wps/wcm/connect/b17bec004d08220498e8ddf81ee631cc/PS1_Portuguese_2012.pdf?MOD=AJPERES. Acesso em: 06/06/2013.

KLIKSBERG, Bernardo. Os desafios éticos de um continente paradoxal. In: SEN, Amartya; KLIKSBERG, Bernardo. *As Pessoas em Primeiro Lugar: a Ética do Desenvolvimento e os Problemas do Mundo Globalizado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MARIOTTI, Humberto. Diálogo: um método de reflexão conjunta e observação compartilhada. *Revista Thot*. São Paulo. 76:6-22, 2001. Disponível em: <http://www.escoladedialogo.com.br/dialogomariotti.asp?id=5>. Acesso em: 06/06/2013.

MARTINEZ-ALIER, J. Decrescimento econômico socialmente sustentável. In: CLEVELAND, C.J. (Ed). *Encyclopedia of Earth*. Washington, D. C: Environmental Information Coalition, National Council for Science and the Environment, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento – Pesquisa qualitativa em Saúde*. 11ª Edição. Ed. Hucitec 2008.

MITCHELL, Ronald K.; AGLE, Bradley R.; WOOD Donna J. Toward a Theory of Stakeholder Identification and Salience: defining the principle of who really counts. *The Academy of Management Review*.1997.Vol 22, nº4, 853-886.

MOREIRA, R.J. Economia política da sustentabilidade: uma perspectiva neomarxista. In: COSTA, L.F.C; MOREIRA, R.J; BRUNO, R.L.(Orgs.) *Mundo Rural e Tempo Presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999b.

_____. Identidades Complexas no Conhecimento Científico sobre Comunidades Costeiras. In: AMODEO, Nora B. P; ALIMONDA, Hector (Orgs). *Ruralidades, Capacitação e Desenvolvimento*. Editora UFV/CPDA . Viçosa/MG, 2006.

_____. Cultura, territórios ecossistêmicos e globalizações: a utopia da sustentabilidade. *Ciência Humanas e Sociais em Revista*, v.31 n.2 julho/dezembro 155-170, 2009.

_____. A questão e a configuração do campo agroecológico. In: MOREIRA, R.J, BRUNO, R. (Orgs). *Dimensões rurais de políticas brasileiras*. Rio de Janeiro: MauadX, 2010.

_____ ; LIMA, E.N. Identidade social e natureza: tensões entre saberes na assessoria técnica em assentamentos rurais. In: COSTA, L.F.C.; FLEXOR, G.; SANTOS, R. (Orgs) *Mundo Rural Brasileiro*. Rio de Janeiro: MauadX, Edur, 2008.

OAKLEY, Peter; CLAYTON, Andrew. *Monitoramento e Avaliação do Empoderamento*. INTRAC, 2003.

OECD (2011). *OECD Guidelines for Multinational Enterprises*. OECD Publishing. Disponível em: <http://www.oecd.org/daf/inv/mne/oecdguidelinesformultinationalenterprises.htm>. Acesso em: 06/06/2013.

OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO:
www.oitbrasil.org.br/

OLIVEIRA, João Pacheco. *Breve relatório de atividades 2011/2012*. Comissão de Assuntos Indígenas. Associação Brasileira de Antropologia. 2011. Disponível em: www.abant.org.br/file?id=915. Acesso em: 31/08/2013.

PACTO GLOBAL: <http://www.unglobalcompact.org/>

PERUZZO, Cecília M.K., COGO Denise, KAPLUN, Gabriel. Comunidade em Tempo de Redes in *Comunicación y Movimientos Populares. ¿ Quais redes?* Porto Alegre: Editora Unisinos, 2002 .p.275 a298.

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. *Rumo a uma Economia Verde - Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza - Síntese para Tomadores de Decisão*. 2011. Disponível em http://www.pnuma.org.br/admin/publicacoes/texto/1101-GREENECONOMY-synthesis_PT_online.pdf. Acesso em: 08/04/2013.

PORTER, Michael E. & KRAMER, Mark R. Criação de Valor Compartilhado. *Harvard Business Review*. Janeiro, 2011.

PRINCÍPIOS DO EQUADOR. Disponível em: http://www.equator-principles.com/resources/equator_principles_portuguese.pdf. Acesso em: 06/06/2013.

PRI - PRINCÍPIOS DE INVESTIMENTO RESPONSÁVEL DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: <http://www.unpri.net>. Acesso em: 06/06/2013.

PUTNAM, R. D., LEONARDI, Robert; NANETTI, Raffaella Y. Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy. *Princeton University Press*. 1993.

PUTNAM, R.D. *Bowling Alone: the collapse and revival of American community*. New York: Simon & Schuster, 2000.

ROMANO, Jorge O. *Política nas Políticas: um olhar sobre a agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X, Edur, 2009.

RUGGIE, John. *Princípios Orientadores concernentes a Empresas e Direitos Humanos*. 2011. Disponível em: <http://www.business-humanrights.org/SpecialRepPortal/Home/Protect-Respect-Remedy-Framework/GuidingPrinciples>. Acesso em: 17/06/2013.

SAWYER, Donald. Economia verde e/ou desenvolvimento sustentável? (págs 26 a 41) In: Economia Verde - Desafios e Oportunidades. *Revista Política Ambiental* (ISSN 1809-8185) Nº 8, Junho de 2001. Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2011. Disponível em: http://www.conservacao.org/publicacoes/files/politica_ambiental_08_portugues.pdf. Acessado em: 17/06/2013.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TAVARES, Márcia. Economia verde na América Latina: as origens do debate nos trabalhos da CEPAL. In: Economia Verde - Desafios e Oportunidades. *Revista Política Ambiental* (ISSN 1809-8185) Nº 8, Junho de 2001. Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2011. p.59 a 70. Disponível em: <http://www.conservacao.org.br/publicacoes/files/P%20Elginas%20de%20PoliticaAmbiental08tavares.pdf>. Acesso em: 08/04/2013.

TORO, José Bernardo A. *El Ciudadano y su Papel en la Construcción de lo Social*. Bogotá, 2001. Disponível em: <http://www.dimensioneducativa.org.co/apc-aa-files/e9c8f3ef742c89f634e8bbc63b2dac77/papelciudadano.doc>. Acesso em: 18/09/2013.

TORO A., José Bernardo. O Poder como Empoderamento Democrático - Documento para Discussão. Bogotá, 2008. *Revista Governança Social*. Ano 1. Edição 3. Belo Horizonte, Ago. a Nov. 2008.p.18 a 23.

UNEP - United Nations Environment Program. *The Stakeholder Engagement Manual*. VI 2. October, 2005. Disponível em: <http://www.unep.fr/scp/publications/details.asp?id=WEB/0115/PA>. Acesso em 06/06/2013.

VINHA, V. *A Convenção do Desenvolvimento Sustentável e as empresas eco-comprometidas*. 2000. Tese (Doutorado) - CPDA/UFRRJ. Capítulo 3: Firmas e mercados no ambiente da learning economy. Rio de Janeiro, 2000.

VINHA, Valéria da. Polanyi e a Nova Sociologia Econômica. *Revista Econômica*, v.3. n.2, p.207-230, dez 2001.

VOGEL, David. Private Global Business Regulation. *The Annual Review of Political Science*, 2008. 11:261-82.

YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann. Setor Financeiro: Suporte Fundamental de Transição para a Economia Verde. *Coleção de Estudos sobre Diretrizes para uma Economia Verde no Brasil*. Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, 2012.

YUNUS, Muhammad. *Building Social Business: The New Kind of Capitalism that Serves Humanity's Most Pressing Needs*. New York: Public Affairs, 2010.

PETROBRAS. *Ordenamento Costeiro em Macaé: um marco na gestão do espaço marítimo da Baía de Campos*. [Filme-vídeo] Duração: 09min17s. Publicado na intranet em 17/05/2013.